

PRIMEIRO REMENDO NO PLANO CRUZADO



Metalúrgicos da Sofunge em São Paulo comemoram o êxito do movimento

O novo pacote econômico, batizado pelo governo como "Plano de Metas", foi o primeiro sinal de que o Plano Cruzado, antes de completar cinco meses, começa a apresentar furos. As novas medidas, um visível remendo no arcabouço da política econômica em vigor, mais uma vez evitam cuidadosamente o problema crucial da dívida externa brasileira. Página 3.

GREVES

- Na Ford de São Bernardo os americanos recrudesce: 200 demissões. Página 7
- Na Sofunge, uma vitória depois de 13 dias: a comissão de fábrica. Pág. 7
- Em toda parte os patrões esbravejam; veja por que eles não têm razão. Pág. 10
- O governo lançou o novo projeto de Lei de Greve, com várias velharias. Pág. 3

EDITORIAL

Mais paliativos

De onde tirar dinheiro para promover o desenvolvimento? O governo tratou este problema impondo empréstimos compulsórios aos gastadores de gasolina e álcool e aos compradores de carro e taxando as viagens ao exterior. Mas são medidas paliativas, de curto alcance. Só para ter uma idéia, o ministro Funaro afirmou que no período de um ano haveria uma evasão de 1 bilhão de dólares através dos turistas brasileiros que saíam do país. Mas só com o pagamento de juros da dívida externa há uma evasão mensal de 1 bilhão de dólares. Esta questão, que é a grande responsável pela debilidade da nossa economia, o governo não teve a coragem de abordar.

Os brasileiros poderiam se perguntar: por que não criar um fundo impondo um depósito compulsório aos banqueiros internacionais, suspendendo o pagamento da dívida externa? Por que não taxar os lucros dos grandes monopólios estrangeiros que sugam a nossa gente? Iniciativas deste tipo teriam o aplauso entusiástico da população e obteriam recursos imensamente maiores do que os conseguidos com medidas tão tímidas e que atingem a renda de uma boa parte de pessoas que vivem de salário.

Além do mais, o tal Fundo de Desenvolvimento criado, que será empregado em zerar as dívidas das estatais, como a Siderbrás e Eletrobrás, dirige-se no fundo a pagar os banqueiros estrangeiros, pois os débitos destas empresas são em grande parte com os bancos internacionais.

O conjunto de medidas anunciadas revelam por outro lado as limitações do Plano Cruzado. São providências para segurar o pacote inicial, que está sendo pressionado pelo déficit público — cuja origem está, em última instância, na dívida externa. Sem ir ao fundo do problema, o governo tem que recorrer a remendos igualmente de pouco alcance.

Mas ao elevar na prática o preço da gasolina, do álcool e das passagens para o exterior, o governo promove automaticamente mais um rombo no congelamento. As autoridades tomaram a decisão de não computar este aumento no cômputo da inflação. A experiência anterior de dois índices, um real, que afeta o bolso, e outro artificial, "desindexado", já demonstrou que esta orientação não é capaz de enfrentar as dificuldades.

Vale ainda ressaltar que, mais uma vez, o presidente Sarney recorre ao expediente do decreto-lei para fazer mudanças econômicas. Aproveita-se do fato de ter angariado um grande crédito político junto à população. Utiliza-se ao mesmo tempo do desprestígio do Congresso Nacional, que encontra-se imobilizado pelo jogo de interesses individuais e de grupos. Mas é bom lembrar que a prática democrática é sempre mais útil à nação do que a prática das decisões com base na legislação autoritária herdada do regime militar. Seria mais aconselhável o presidente usar sua influência para mobilizar o povo brasileiro, tanto no sentido de exigir mais trabalho do Congresso Nacional como, sobretudo, para resistir à exploração do capital estrangeiro. Em caso contrário, ao insistir em gastar o seu crédito em medidas paliativas através de decretos, o chefe do governo pode se ver dentro de algum tempo na incômoda situação de sofrer pressões cada vez maiores da direita, sem ter como reagir por falta de apoio político.

O Plano Cruzado tem sido bombardeado sistematicamente pelos grandes empresários. Falta leite, falta carne, os transportes estão saturados. Mas o governo insiste em ficar limitado às meas medidas. A nação exige mais coragem e decisão. Sem enfrentar o grande capital e sem colocar um freio à sangria de dólares com a dívida externa a situação tende a se agravar.



Foto: Antônio Menezes

A impressionante multidão presente na convenção conjunta da frente MUDA Amazonas (PSB-PCdoB-PDT-PDC-PTB)

A maior convenção do ano

As convenções pré-eleitorais de Pernambuco, Ceará, Sergipe ... e a do Amazonas, com 50 mil pessoas. Pág. 4

Como deve ser nossa estrutura sindical?

O debate sobre a Constituinte inclui este ponto, vital para os interesses dos trabalhadores assalariados. Pág. 5

Lei do cão contra a greve da polícia

A mando do ex-torturador Bão, a PM reprime com mão de ferro a greve da polícia civil na Bahia. Pág. 6

PT-Diadema chama a PM contra 200 favelados

O prefeito de Diadema (São Paulo), Gilson Menezes, do PT, negou-se a receber as famílias de favelados que ocuparam um terreno pertencente à Prefeitura. Em vez disso, pediu que eles sejam despejados. Página 6

Atentado à nação boliviana

Tropas dos Estados Unidos desembarcam na América do Sul. Desta vez a invasão ianque ocorre na Bolívia e vale-se de um "pedido" do presidente Paz Estenssoro. O chefe do governo boliviano passou por cima da Constituição de seu país para solicitar a presença das tropas. O pretexto é o combate às drogas. Mas nesse mato parece ter coelho.

A notícia vazou no dia 17, nos Estados Unidos. O presidente Ronald Reagan havia expedido uma ordem secreta enviando tropas norte-americanas para a América Latina. O Congresso ficou sabendo pela imprensa, mas a excessiva centralização de poderes no Executivo possibilita à Casa Branca enviar tropas para outros países (afinal, nunca houve uma guerra declarada entre EUA e Vietnã...).

Segundo o que foi divulgado, Reagan enviou para a Bolívia 160 militares, seis helicópteros, metralhadoras, jipes, caminhões etc., para o "combate ao tráfico de drogas", que o presidente acha que atenta à "segurança nacional" de seu país. A operação deve perdurar de dois a seis meses e está sendo realizada "a pedido" do governo de Paz Estenssoro - na verdade, a duração é imprevisível. Nas Bahamas, por exemplo, as tropas ianques foram enviadas em 1983, e ainda estão lá...

CONSTITUIÇÃO VIOLADA

Na Bolívia, os setores democráticos, incluindo a Central Operária Boliviana (COB), estão protestando contra a presença do Exército norte-americano em seu território. Afinal, o artigo 59 da Constituição boliviana determina que apenas o Congresso pode autorizar o ingresso de forças armadas estrangeiras no país. E também na Bolívia os congressistas ficaram sabendo da chegada dos soldados pela imprensa.

Paz Estenssoro está calado. Por enquanto somente acionou seus assessores - ministros e embaixadores - para tentar uma justificativa pública de sua capitu-



As tropas de Reagan desembarcam em La Paz, sob o pretexto de combater o narcotráfico

lação diante das pressões ianques. E as declarações foram desastrosas. O embaixador da Bolívia nos EUA, Fernando Illanes, disse que se não fosse solicitada a intervenção militar ianque, "em breve" os traficantes e produtores de coca "elegeriam o presidente do país". O senhor embaixador esquece-se de que chefes do narcotráfico, como o general García Meza, já estiveram no poder na Bolívia e com o beneplácito dos EUA, que estiveram por trás dos sucessivos golpes de Estado ocorridos em La Paz.

E se o problema das drogas precisa realmente ser enfrentado, chamar tropas norte-americanas é pretender agravar a doença, e não curá-la. É fato notório — condenado inclusive pela Organização das Nações Unidas — que os soldados norte-americanos são ávidos consumidores de drogas e que países que sediam bases mili-

tares ianques — como as Filipinas e a Espanha — vêem multiplicados seus problemas com o narcotráfico e também com a prostituição — em especial a prostituição infantil.

VELHOS ACORDOS

Por outro lado, a participação militar estadunidense no combate às drogas já vem de longa data, sem que resultados palpáveis tenham sido obtidos. Pelo contrário, a Bolívia passou de simples produtora de folha de coca para o refinamento e industrialização da cocaína.

Já em 1983 EUA e Bolívia assinaram um acordo no valor de 5 milhões de dólares, quando foram enviados 300 policiais para "combater o tráfico" e treinar uma força pára-militar, de elite, em solo boliviano. Essa tropa de elite é conhecida como Leopards e

participa das atuais ações conjuntas com o Exército de Reagan. Pois bem, integrantes dos Leopards estiveram envolvidos numa tentativa de golpe militar em junho de 1984 e é notório seu envolvimento com os traficantes de narcóticos!

Outro detalhe curioso: o Pentágono desmentiu categoricamente que os soldados enviados à Bolívia estejam ligados a missões de combate contra "guerrilhas esquerdistas". Mas ao mesmo tempo os jornais pró-imperialistas de todo o mundo — inclusive "O Estado de S. Paulo", aqui do Brasil — multiplicaram seus artigos venenosos sobre pretensas ligações entre correntes políticas de esquerda com o narcotráfico. Como a pedir que as tropas ianques vejam também os latino-americanos antiimperialistas como inimigos a serem aniquilados.

Itália em busca de um novo governo

Fracassou, na semana passada, mais uma tentativa de formação de um novo governo na Itália. Desde a renúncia do primeiro-ministro Bettino Craxi, do PS, em 28 de junho, a coligação governamental — que envolve cinco partidos — está despedaçada.

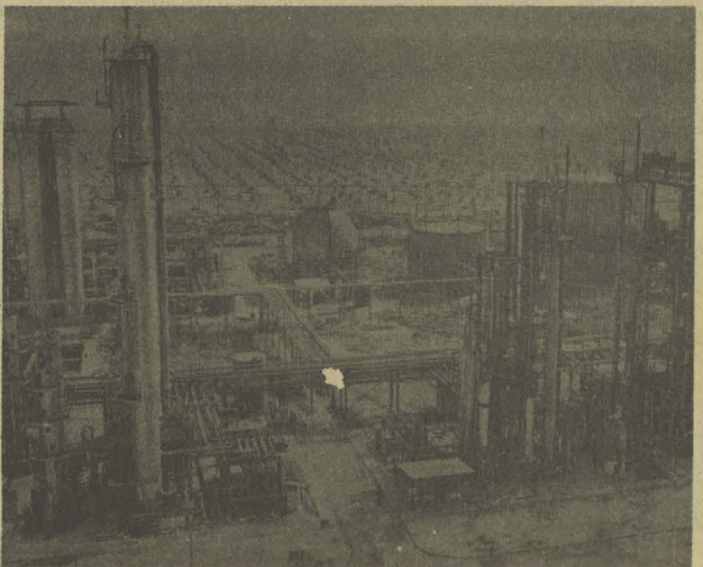
"É só eu me afastar por um dia da Itália e estoura mais uma crise política", afirmou Craxi no dia de sua renúncia. Ele havia viajado para a Holanda, onde participaria de uma reunião da Comunidade Econômica Européia. E nesse meio tempo o Partido Democrata Cristão, que participava da coligação governamental, impediu a aprovação de dois de seus projetos no Parlamento. Craxi voltou imediatamente a Roma e renunciou.

Desde então o presidente Francesco Cossiga, do PDC, não conseguiu a formação de um novo equilíbrio de forças que possibilitasse a nomeação do sucesso de Craxi. Arnaldo Forlani, do PDC, recusou-se a tentar tecer um novo acordo. Giovanni Spado-

lini, do Partido Republicano — também participante da coligação — e Giulio Andreotti, do PDC, falharam.

No último dia 22 o presidente Cossiga voltou a entregar a Bettino Craxi a incumbência de organizar um novo governo. Mas as coisas não estão fáceis. O PDC reluta em aceitar Craxi ou alguém do PS no cargo de primeiro-ministro. O PS, de sua parte, não aceita o PDC no cargo.

Mas mesmo sem um primeiro-ministro a burguesia italiana continua fazendo valer seus interesses. No dia 19 o ministro dos Transportes, Cláudio Signorile, do PS, assinou um acordo com sindicalistas determinando períodos específicos em que as greves nos transportes são proibidas! Além do mais, os trabalhadores em transportes terão que comunicar a deflagração de uma greve com dez dias de antecedência... A social-democracia e os pelegos continuam cumprindo seu papel de sabotar a luta dos trabalhadores, mesmo na ausência de um primeiro ministro.



A indústria química deverá crescer quase 50% em cinco anos

Albânia conta seus êxitos e planeja os novos avanços

A imprensa albanesa publicou os projetos do 8º Plano Quinquenal, que se desenvolve entre 1986 e 1990, aprovados pelo Partido do Trabalho da Albânia (PTA). Ao mesmo tempo foi divulgado o balanço do 7º Plano, encerrado no ano passado.

Os albaneses destacaram que "o 7º quinquenal ficará na história como o primeiro que realizamos apoiando-nos totalmente em nossas próprias forças, sem receber créditos ou ajudas do exterior". Durante esse quinquênio, em comparação ao anterior, o produto social cresceu 18%; a renda nacional, 16%; os investimentos de base, 14%; e os fundos de consumo, 15%.

Na área de recursos naturais, a Albânia aumentou em 38% a extração de gás natural e associados; da baunilha e dos minérios de cobre, 37%; e de ferro-níquel, 100%. A geração de energia aumentou 46%. O país produziu mais 44% de aços laminados, 25% de cobre blister e duplicou a produção de fios e cabos de cobre.

O incremento do setor agrícola foi de 13%, apesar das más condições climáticas de alguns anos. Ainda durante o 7º Plano foram concluídas 5.500 grandes e pequenas obras.

ORDEM SOCIALISTA

Com uma economia altamente planificada e centralizada, os albaneses pretendem "reforçar e aperfeiçoar nossa ordem socialista e elevar gradualmente o nível material e cultural do povo" durante o 8º Plano Quinquenal. A base fundamental para

atingir este objetivo é "apoiar-se inteiramente nas próprias forças para desenvolver a indústria diversificada, intensificar a agricultura complexa e aprofundar a revolução técnico-científica", destaca o PTA.

O novo plano prevê o crescimento de 30% a 32% da produção social global; 34% a 36% da renda nacional; 37% a 39% das receitas financeiras globais; 43% a 45% das exportações; 8% a 10% da produtividade social do trabalho; 10% a 12% dos investimentos de base; e 8% a 10% da renda real per capita.

As diretrizes do PTA projetam um aumento de 29% a 31% da produção industrial global e destacam a necessidade de baseá-lo na melhor exploração dos recursos energéticos e das matérias-primas. A ênfase dada ao setor elétrico se traduz na meta de gerar, em 1990, 71% a 73% a mais de energia do que em 1985. Na mesma linha estão as metas da extração mineral, com atenção especial para o cromo (33% a 35%), cobre (39% a 41%) e ferro-níquel (27% a 29%). A indústria química deverá crescer de 46% a 48%; a meta da indústria ligeira é de 31% a 33%; e da produção de alimentos, de 27% a 29%.

A agricultura deverá registrar um aumento de 34% a 36% em sua produção média. A produção de grãos em 1990 deverá ser 20% maior do que em 1985, e a produção leiteira deverá crescer de 77% a 79%. A circulação de mercadorias no varejo crescerá de 23% a 25%. Nos próximos cinco anos, 85 mil novas moradias serão construídas.

Ensinamentos da greve geral do Chile

Participando ativamente das mobilizações populares e propondo a formação de uma Frente Ampla de Libertação, o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) publicou recentemente uma avaliação da greve de 2 e 3 de julho em protesto contra o general Pinochet. Publicamos a seguir trechos dessa avaliação:

Os acontecimentos de 2 e 3 de julho data da greve nacional, convocada por uma Assembléia da Civilidade vacilante e temerosa, e organizações políticas e sociais de oposição, incluindo nosso partido, nos demonstra uma vez mais a punjança e a luta de todo o nosso povo em seu conjunto, contra a ditadura fascista a serviço do grande capital e do imperialismo

ianque. A classe operária, os habitantes das "poblaciones", estudantes, profissionais e demais camadas do povo, uma vez mais mostraram sua capacidade de luta decidida e sem tréguas para derrotar uma ditadura que, em 13 anos, se impôs sobre os trabalhadores, mediante seu sistema de superexploração e morte, de torturas e encarceramento de milhares e

milhares de patriotas, revolucionários e democratas em geral.

É um fato, ainda que a ditadura tente negá-lo com todo seu sistema de desinformação e falsidades, que o 2 e 3 de julho foram dias de greve nacional, porém não só de greve, mas de luta, de enfrentamentos, de dignidade e manifestações populares a granel. Esses dias, embora nem todo o país tenha parado, no sentido de um cessar total de atividades, demonstraram que todas as argúcias fascistas de sua podre e antipopular institucionalidade não eram mais que um mero jogo de desorientação e confusão, e isso foi demonstrado em cada fábrica; seja com atrasos, ausências, reuniões etc., em cada "población"; com barricadas, marchas, motins, enfrentamentos com as tropas fascistas; nas universidades e escolas com ocupações e manifestações etc., todas ao mesmo tempo, pedindo uma vez mais, mediante a mobilização das amplas massas, a queda da ditadura e a instauração do sistema democrático, que vá em benefício das grandes maiorias e seja produto direto da luta das amplas massas pela liberdade e democracia.

...para nosso partido, a contradição principal e temporária,

Ditadura protege assassinos

A Justiça chilena determinou a libertação de 17 soldados envolvidos no assassinato de Rodrigo Rojas Denegri, ocorrido no dia 2 de julho durante a greve geral que parou o país. Rodrigo foi queimado vivo, juntamente com a estudante Carmen Quintana, que continua hospitalizada em estado grave.

Agora, dos assassinos, só continuam detidos três oficiais e cinco suboficiais. Os 17

policiais foram liberados, segundo o juiz Alberto Echavarría, porque tinham "bons antecedentes". A continuar essa linha de raciocínio, logo os oficiais e suboficiais que continuam encarcerados serão também liberados, por "serviços prestados". Embora tenham cometido a terrível falha de permitir que a estudante Carmen sobrevivesse às queimaduras... Coisas do governo de Pinochet.



Barricadas foram erguidas nas "poblaciones" durante a greve geral de 2 e 3

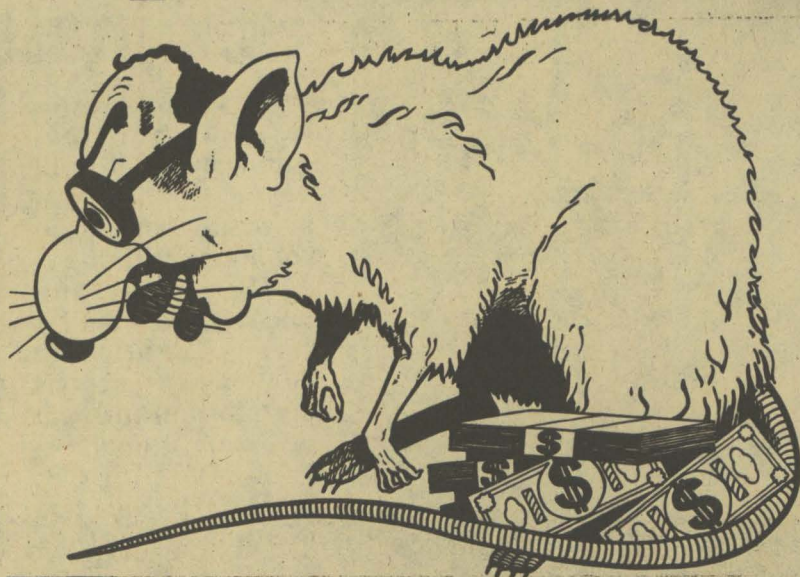
Maluf aparece como grande vencedor, igualzinho a 84

Tal como há dois anos exatos, na sucessão presidencial, tudo parece estar dando certo para Paulo Salim Maluf. Domingo, dia 20, ele formalizou a sua candidatura ao governo de São Paulo, pelo PDS, mais o PFL (onde teve 90% dos votos) e os inexpressivos PDC, PPB, PND e PMB, na coligação de direita cinicamente batizada com o nome de "União Popular".

Decidiu-se irreversivelmente, assim, o braço-de-ferro entre Maluf e Antônio Ermírio de Moraes, também candidato, para ver quem ficaria com o apoio do PFL. Esta legenda, em São Paulo, era descrita como "um banqueiro cercado de malufistas por todos os lados". O banqueiro, no caso Olavo Setúbal, levou uma rasatura e "retirou-se para a vida privada" — no caso, as lucrativas lides do conglomerado financeiro Itaú. Ficaram no PFL os malufistas — conforme pôde ser constatado no domingo.

Antônio Ermírio depositava esperanças numa intervenção mais enérgica da direção nacional peefelista, mas desiluiu-se. No dia seguinte à convenção os caciques federais do PFL, reunidos em Brasília, decidiram não punir a malufada de seus correligionários paulistas, limitando-se a criar uma comissão de ética para tratar do assunto.

Na semana anterior (ver TO), o malufismo já havia faturado outro tento, ao aliciar, com métodos inconfessáveis, a maioria dos convencionais do PDT paulista, inviabilizando a coligação deste com o PTB de Antônio Ermírio. O capitão-de-indústria do poderoso grupo Votorantin terminou lançando-se candidato numa coligação de partidos débeis — PTB, PL e PSC — e com uma



chapa majoritária ainda mais apagada. Vai dispor de pouquíssimos tempo no horário gratuito de TV — pouco mais de 11 minutos diários. Para completar, o coordenador da campanha Antônio Ermírio, o ex-ministro Roberto Gusmão, abandonou mesmo o posto, batendo na porta e considerando a candidatura "perdida num nevoeiro".

O EXEMPLO PAULISTANO

Paulo Maluf, contudo arriscou-se a ver seus esforços morrerem. Os êxitos atuais provocam a maioria ferrenhamente antimalufista do eleitorado de São Paulo. O espectro de uma restauração da direita no Estado, com todos os seus desdobramentos em plano nacional, empurra os setores democráticos no sentido da ação comum. Os paulistas têm, bem perto de si, na capital do Estado, um exemplo de aonde leva a dispersão de votos. E a nível da mais alta cúpula do PMDB estadual já se cogita de uma "Aliança Democrática e Popular" com o objetivo expresso de barrar a avançada da direita.

A candidatura Antônio

Ermírio, hoje desgastada, num processo em que o malufismo jogou um papel nada limpo, pode terminar sendo retirada para fortalecer esta aliança. E mesmo que não se retire seu eleitorado, assim como o do PT, há de pensar duas vezes antes de votar para governador, tirando lições da eleição para a Prefeitura.

INCÓGNITAS NO PMDB

Resta saber se o PMDB, desgastado natural do eleitorado antimalufista, terá sensibilidade e competência para produzir este movimento. Até agora, pelo contrário, a direção peemedebista de São Paulo tem se portado de uma forma que deve deliciar Paulo Maluf. Atuam neste sentido as brigas internas ainda não cicatrizadas, a inexplicável e arrogante recusa em fazer coligação com outros partidos, a atitude equívoca do governo estadual no episódio repressivo de Leme, a guinada para a direita na política de segurança. Há, ainda, tempo para uma reversão. É o que o eleitorado paulista espera para aplicar a Paulo Maluf a derrota que este merece nas urnas de 15 de novembro.



Cinco PMs prendem o líder da greve, Alcindo Anunciação, em frente à Secretaria de Segurança

Ex-torturador reprime greve na Polícia Civil

Mais de mil policiais civis da Bahia, entre agentes, peritos, motoristas e pessoal burocrático, entraram em greve desde segunda-feira, dia 21, reivindicando a volta dos 90% de função policial e melhores condições de trabalho. Foi o que bastou para se produzirem cenas de guerra que quase levam a um choque armado entre policiais civis e militares.

Alguns policiais mais exaltados queriam retirar o secretário de Segurança e ex-torturador Antônio Bião Luna do gabinete, mas foram contidos. Para impedir o funcionamento da máquina policial os grevistas chegaram a esvaziar os pneus das viaturas e lacrar as portas das delegacias.

A greve lembrou a paralisação da polícia militar, ocorrida em 1981, quando o então governador Antônio Carlos Magalhães ordenou uma brutal repressão que terminou com a morte de dois jovens oficiais da corporação. No segundo dia de greve a violência se abateu contra o movimento e o presidente da Associação Beneficente e Cultural da Polícia Civil, Alcindo Anunciação, foi preso na porta da SSP, sendo arrastado no meio da rua por membros do batalhão de choque da PM. Antes o governador João Durval havia demitido Alcindo por "incitamento à desordem".

O ex-torturador Bião Luna, em lugar de providenciar o atendimento das reivindicações, feitas há mais de dois meses, através de documentos, acusou Alcindo Anunciação de usar a greve para fins políticos. O presidente da Associação é candidato a deputado estadual pelo PMDB, apoiando Waldir Pires para o governo do Estado. O governador, mesmo declarando publicamente as deficiências e os baixos salários na polícia, não acena com nenhuma contraproposta para atender às reivindicações.

CRISE NA POLÍCIA

A crise na polícia baiana tem como principal responsável o coronel Luna, conhecido torturador de presos políticos durante a ditadura militar. Segundo comentários na polícia ele garante o seu cargo de secretário graças à amizade de sua família com a esposa do governador João Durval, lida

Barradas Carneiro. O fato é que Bião faz uma administração desastrosa, contrariando gregos e troianos. Beneficia mais os delegados e assessores, marginalizando agentes e motoristas. Uma de suas últimas medidas foi nomear o próprio filho para assessor da Secretaria, ganhando um dos mais altos salários.

Segundo um agente policial, a missão da polícia está se tornando impossível. Nas delegacias e presídios os pequenos ladrões aprendem a tornar-se grandes e violentos e, ao invés da recuperação, a sociedade ganha mais um ser humano embrutecido, pronto para matar ou morrer a qualquer hora. No enfrentamento entre este homem violento e os agentes policiais, quase sempre morre o ladrão. Mas às vezes tomba um policial, deixando a família ganhando uma miséria.

A polícia baiana em greve mostra aos governantes que não está disposta a arriscar-se ganhando salários miseráveis. Os policiais e a população mostram-se também revoltados com o desatino do coronel Bião, que transformou a Praça da Piedade, no centro de Salvador, em praça de guerra. (da sucursal)

Pacote econômico não ataca o principal

Através de um decreto-lei, o governo acaba de editar um novo pacote econômico. Desta vez, o objetivo (alegado) é aumentar o nível de poupança e investimento internos. As medidas têm um caráter paliativo e não tocam na principal causa dos atuais problemas brasileiros: a gigantesca dívida externa.

O pacote institui empréstimos compulsórios sobre os consumidores de carros (de até 30% quando o veículo é novo), gasolina e álcool (de 28%) e eleva em 25% o valor das passagens aéreas e do dólar adquirido para fins turísticos.

"Plano de Metas" é, sem dúvidas, bem ambicioso...

O efeito imediato é a majoração dos preços da gasolina (que passa de Cz\$ 4,77 para Cz\$ 6,10 o litro) e do álcool (que sobe de Cz\$ 3,10 para Cz\$ 3,96), além da oficialização do ágio que vinha sendo cobrado na revenda de automóveis. Mas essas elevações não serão consideradas para efeito do cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), já que o governo entende que não houve propriamente uma alta nesses preços, mas um empréstimo involuntário.

A diferença será aplicada no recém-criado Fundo Nacional de Desenvolvimento (FDN), do qual os emprestadores compulsórios passam a ser acionistas, com direito à restituição do "investimento" num prazo mínimo de três anos. Os critérios para medir o montante de cada empréstimo individual não são muito claros, mas a devolução será corrigida e acrescida de juros equivalentes aos rendimentos das cadernetas de poupança.

Para as tarifas de taxi, entretanto, haverá efetivo aumento de preços. Trata-se, e neste caso não restam dúvidas, de mais um furo oficial no congelamento.

Foram adotadas medidas complementares, inclusive uma maior flexibilidade das normas que regulam a participação de capitais estrangeiros nas Bolsas de Valores. Prevê-se também a implementação do processo de privatização já definido em decreto anterior, bem como a colocação de um maior volume de ações das estatais nas Bolsas. Medidas que tendem a aumentar a dependência do país e enfraquecer, em certa medida, o controle e a autonomia das estatais.

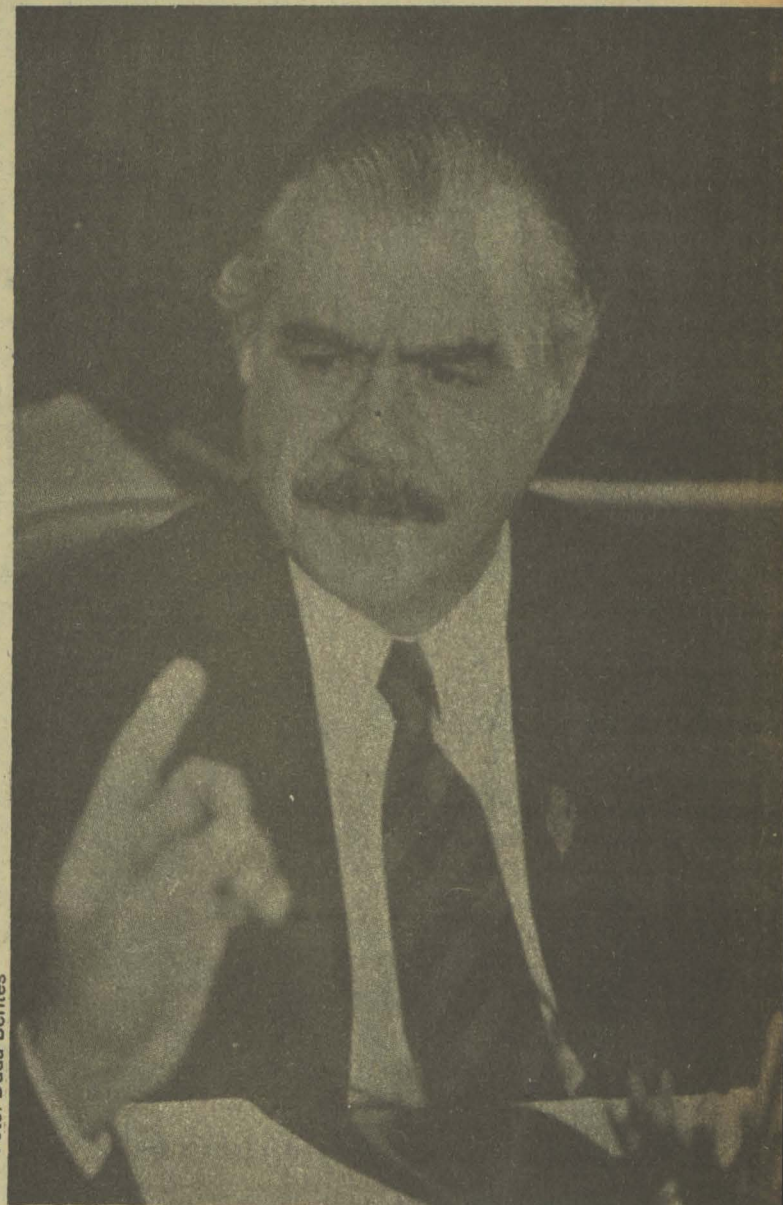
Com este conjunto de iniciativas, e outras de menor importância, o governo pretende arrecadar Cz\$ 600 bilhões até 1989, sendo que somente os empréstimos compulsórios deverão render perto de Cz\$ 50 bilhões anualmente. A intenção é aplicar esses recursos unicamente na promoção de investimentos em setores produtivos e nos programas sociais.

...mas atinge alvo errado e evita o problema maior

Fala-se, mesmo, em crescimento continuado e "sustentado" da ordem de 7% ao ano; criação de 6,6 milhões de novos empregos no período; aumento substancial da produção agrícola e orientação de um expressivo volume de recursos para combater a miséria e melhorar a situação de vida do povo. Promete-se, em poucas palavras, a "redenção de milhões de brasileiros desfavorecidos". Tudo isto foi batizado de "Plano de Metas".

O presidente Sarney, entusiasmado, assegura que está preparando, com o decreto, "nossa estrutura para o século XXI como uma nação com desenvolvimento econômico e sem pobreza", um país que consegue "a erradicação da miséria ou extrema penúria".

Não vem ao caso discutir as intenções dos governantes, mesmo porque de boas intenções o inferno anda cheio. Porém, as medidas adotadas

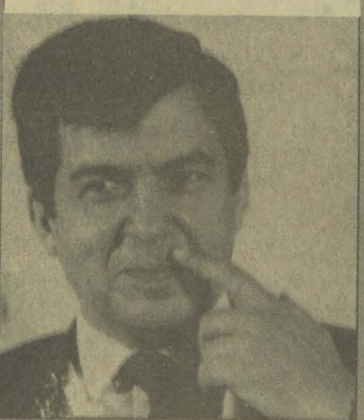


Sarney pode até ter boas e respeitáveis intenções, mas...

Governo apresenta o seu projeto de Lei de Greve

Juntamente com o Plano de Metas, o governo José Sarney divulgou na quarta-feira, dia 23, o seu projeto de nova Lei de Greve. Este será enviado ao Congresso Nacional para avaliação e votação. Para o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, "a proposta é a melhor possível dentro das circunstâncias em que vive o país". Ele acredita que o projeto possibilita "melhores condições para se realizar as negociações coletivas e a greve", representando a democratização da atual legislação.

No entanto, o projeto ainda apresenta inúmeras restrições ao direito inalienável dos assalariados de cruzarem os braços por melhorias



Almir, autor da proposta

salariais e de condições de trabalho. Mesmo em relação ao anteprojeto de lei apresentado pelo mesmo Pazzianotto em meados do ano passado, o novo apresenta lacunas. Ele não fala nada sobre a permissão de "comissões representativas" nas empresas e nem prevê garantias aos grevistas, como a proibição de admissão de novos empregados durante a greve — questões que geraram tantas resistências dos empresários em 1985.

Apesar de democratizar a legislação ditatorial ainda em vigor, a nova Lei de Greve também mantém várias limitações a esse direito. De acordo com o projeto, para fazer uma greve os trabalhadores deverão convocar uma assembléia com antecedência mínima de cinco dias. Esta deverá contar com a presença de metade mais um dos sindicalizados na categoria. Além disso, os trabalhadores deverão comunicar sua decisão aos empresários no mínimo 72 horas antes do início da paralisação.

O movimento sindical, que ainda estuda a nova proposta, deverá em breve se pronunciar. Mais do que isso, deverá aumentar a pressão no sentido de uma democratização mais profunda da legislação sobre o assunto.

embora importem em um volume expressivo de recursos, são insuficientes para fazer frente aos graves problemas nacionais. E baseiam-se na falácia de atingir o alvo errado, quando muito secundário.

As autoridades argumentam que há necessidade de elevar o nível da poupança orientada para investimentos internos, hoje em torno de 17% do PIB (quando chegou a 25% em meados da década de 70). É indubitável que ocorreu um declínio. E é igualmente certo que há necessidade de elevar o atual percentual. Tentar proceder a isto instituindo empréstimos compulsórios sobre uma parcela (ainda que pequena e relativamente melhor remunerada) da população, aí já se trata de encerrar as coisas pelo avesso.

A queda dos investimentos internos não reflete, na verdade, uma redução da taxa de poupança gerada pela economia ou, para falar mais claramente, do nível de acumulação de capital no Brasil. Sabe-se que a reprodução capitalista (cuja medida final é o lucro) ocorreu de forma ainda mais ampliada nos últi-

mos anos graças à política de arrocho salarial. O centro do problema se situa em saber quem se apropria dos excedentes gerados. E aí não resta dúvidas de que esses recursos nem estão sendo utilizados em investimentos internos; servem e servem para realizar os lucros dos banqueiros estrangeiros.

Que tal um compulsório sobre a dívida?

Assim, cabe uma pergunta: que se trata de instituir empréstimos compulsórios, porque eles não podem incidir sobre os rendimentos da comunidade financeira internacional, na forma de suspensão do pagamento da dívida externa? E volume de recursos economizados seria incomparavelmente maior que o obtido com a penalização de agentes econômicos menores. E asseguraria, consequentemente, um desenvolvimento econômico muito mais sustentado e, sobretudo, soberano. (Umberto Martins)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Não à invasão imperialista

O exército norteamericano desembarcou na Bolívia a pretexto de combater o tráfico de drogas. O fato revela por um lado a vocação incontrolável dos Estados Unidos de considerar-se polícia do mundo e, por outro, mostra a gravidade do erro das “esquerdas” bolivianas que desestabilizaram o governo de Siles Zuazo — porque era vacilante — e permitiram que em seu lugar fosse colocado Paz Estenssoro, conservador, repressor do povo e capitulador diante do imperialismo.

LINHA ESQUERDISTA

Siles Zuazo como se sabe havia saído vitorioso em eleições gerais mas derrubado por um golpe militar. Por força de um vasto movimento democrático e popular Zuazo foi reconduzido à Presidência da República. Mas como todo governo burguês, embora nacionalista e populista, mostrou-se vacilante. Era sensível às pressões do movimento popular - principalmente às greves dos mineiros — e, ao mesmo tempo, tinha dificuldades em manter uma política independente diante do imperialismo. Em diversas ocasiões o governo de Siles Zuazo cedeu às exigências do FMI e tomou medidas que desagradavam ao povo.

Dirigida por uma concepção “esquerdista”, a Central Operária Boliviana (COB) participou de um movimento para antecipar as eleições presidenciais, forçando a derrubada de Zuazo. Tal atitude apressada facilitou um avanço da direita que quase conquistou a Presidência com o general Hugo Banzer. No final das contas, a chefia do governo caiu nas mãos de Paz Estenssoro, um burguês que traiu a revolução de 1952 e que passou a adotar uma posição de atrelamento ao imperialismo.

AMEAÇA A TODOS

Agora está mais claro o erro. Em vez de um governo democrático mas vacilante, a Bolívia tem um governo que reprime o movimento sindical e que sistematicamente faz o jogo da direita e dos credores internacionais. A última e mais grave decisão de Paz Estenssoro foi aceitar que as tropas americanas entrassem em território boliviano, abdicando vergenhosamente da soberania nacional.

Os Estados Unidos por sua vez já vinham pressionando e procurando um pretexto para estabelecer uma cabeça de ponte em território sul-americano. Em Honduras os assessores militares já orientam e treinam os “contra”, patrocinando a contra-revolução visando derrubar o governo revolucionário dos sandinistas da Nicarágua. Agora tropas especializadas vasculham a Bolívia para reprimir o comércio de coca — mas evidentemente que podem ser usadas para outras finalidades contra o povo boliviano.

Não é uma agressão que atinge unicamente a Bolívia. Toda a América do Sul encontra-se sob grave ameaça.

TRADIÇÃO IMPERIALISTA

Cuba, Nicarágua, Guatemala e outros países já foram por diversas vezes vítimas de agressão das forças imperialistas, cada vez com um pretexto diferente. Na Guatemala a última agressão tinha como motivo imediato a proteção da Companhia United Fruit. Mas sempre as invasões acabaram interferindo na composição do governo e na política interna e externa adotada pelo país. Agora também é evidente que o povo boliviano viverá um período de recrudescimento da repressão e sofrerá as consequências de uma capitulação completa do governo às ordens dos patrões ianques. Todos os patriotas brasileiros têm o dever de protestar veementemente contra a agressão e exigir a imediata retirada dos invasores. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Uma “jóia” ianque

Sabem porque os Estados Unidos não impõem sanções econômicas à África do Sul? Segundo Donald Regan, chefe de gabinete do presidente Ronald Reagan, é porque as mulheres norte-americanas não estão preparadas para desistir dos seus diamantes...

A afirmação revela o profundo desprezo com que o imperialismo trata as mulheres, considerando-as apenas como bonecas bonitas mas incapazes de pensar — embora a frase se dirija mais diretamente para as mulheres burguesas, que podem ostentar um diamante. Mas no fundo a posição mostra que os Estados Unidos têm enormes interesses econômicos vinculados às minas de pedras preciosas da África do Sul, interesses muito maiores do que qualquer preocupação social com os direitos dos cidadãos negros que compõem a maioria da população deste país. A grande verdade é que Donald Regan expressou o sentimento da classe dominante norte-americana, que prefere os diamantes a qualquer direito democrático. Por isto se mostra incapaz de combater o *apartheid* e inclusive no próprio país onde governa, pratica a discriminação racial com o intuito de dividir os trabalhadores.

Um tema que promete gerar grande controvérsia na Constituinte é o da estrutura sindical. A legislação em vigor sobre o assunto, reunida no Capítulo V da CLT, já dura mais de 40 anos e todos os envolvidos na questão concordam que ela está superada, apodrecida.

A origem da atual legislação sindical remonta à década de 30, no período do governo de Getúlio Vargas. Ele, que considerava o “sindicalismo um tigre que precisa ser domado”, impôs uma estrutura sindical totalmente tutelada pelo Estado, que gerou inúmeras distorções nos organismos sindicais - tais como o cooperativismo e o assistencialismo (veja quadro).

Durante todos esses anos os trabalhadores resistiram, em menor ou maior grau, ao atropelamento dos sindicatos, exigiram a autonomia e liberdade sindical. Mas as classes dominantes sempre zelaram pela legislação que emperrava o crescimento e fortalecimento do sindicalismo. A legislação tornou-se perene. As três constituições elaboradas neste período não tocaram no seu conteúdo autoritário.

Agora, com a Constituinte, as possibilidades de mudanças profundas na estrutura sindical são mais reais. Atualmente, por outros motivos, até mesmo o patronato e o governo concordam com a extinção do Capítulo V da CLT. Prova disto são as recentes declarações de autoridades governamentais, mais especificamente dos ministros militares, sobre a autonomia sindical. Também corroboram com isso a defesa da ratificação da Convenção 87 da OIT feita pelo patronato.

Evidentemente a preocupação desses setores não é com a autêntica redenção do sindicalismo. Seus objetivos são os mais escusos. Pretendem conceder uma “autonomia” que leve à pulverização do sindicalismo, à divisão dos trabalhadores em milhares de fracos e frágeis sindicatos. Temendo o avanço das lutas trabalhistas e não podendo se utilizar apenas dos métodos repressivos característicos dos regimes autoritários, as classes dominantes pretendem modificar a atual legislação, criando uma aparentemente mais democrática que leve à fragmentação da organização dos assalariados.

Neste rico momento histórico é imprescindível que os maiores interessados na liberdade e no fortalecimento dos sindicatos, os trabalhadores, se pronunciem. Agora não basta apenas dizer-se contra a legislação sindical em vigor. É preciso também apresentar propostas concretas e, conseqüentemente, promover a mobilização de massas em sua defesa.

Tirar os sindicatos ds garras do Estado

Na elaboração dessa proposta de democratização da estrutura sindical é necessário estabelecer quais os seus princípios norteadores — ou seja, o que se pretende alcançar com a nova legislação sobre o assunto.

Uma questão fundamental é tornar o sindicalismo independente, desatrelado completamente do Estado. A experiência de mais de quatro décadas no Brasil já demonstrou que é quase impossível construir um movimento sindical forte, representativo, debaixo do rígido controle do Ministério do Trabalho. A qualquer iniciativa mais firme na defesa do interesse dos trabalhadores, o sindicato fica sempre à mercê dos desmandos do Estado burguês.

Segundo levantamento parcial, desde a existência do Capítulo V da CLT já ocorreram no país aproximadamente 1.500 intervenções em entidades sindicais. Só no período negro do regime militar, cerca de dez mil líderes classistas foram banidos da vida sindical por de isão arbitrária dos generais no poder. Isso sem contar as demais medidas autoritárias das classes dominantes para conter o avanço do sindicalismo.

Outro ponto primordial da nova legislação é varrer todos os itens em vigor que visam unicamente distorcer o caráter das entidades sindicais, tornando-as aparelhos assistenciais e órgãos de conciliação de classe. A nova estrutura deve ter em conta que os sindicatos são organismos de luta, de defesa dos interesses econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores. Nesse sentido, é fundamental que esteja prevista em lei o direito de organização sindical nos locais de trabalho. Afinal, é na empresa capitalista que se dá a exploração e é aí que os trabalhadores mais necessitam de seu instru-



Manifestação do 1º de Maio em São Paulo: a bandeira da autonomia sempre esteve presente

mento de luta e organização.

Um terceiro princípio norteador deve ser a defesa intransigente da unidade sindical. Esta batalha promete ser das mais duras na Constituinte. A burguesia tem investido no pluralismo sindical, inclusive invertendo altas somas de recursos financeiros. No próprio meio sindical há quem, travestido de progressista, defenda a divisão do sindicalismo.

A nova legislação deve fixar claramente obstáculos à fragmentação dos sindicatos. A unidade dos trabalhadores, desde o nível de base (comissões de empresa e delegados sindicais), passando pelo sindicato único por ramo econômico e numa mesma base territorial, até a construção de uma central sindical unitária, deve ser um objetivo de combate dos sindicalistas realmente comprometidos com o avanço das lutas dos trabalhadores.

Ampla democracia para garantir a unidade

Por último, um outro princípio que deve pautar a elaboração de uma legislação realmente progressista é o da defesa da mais ampla democracia sindical. A estrutura em vigor é extremamente autoritária nesse terreno. Quem tem o poder absoluto de mando sobre as entidades é o Ministério do Trabalho e, em seguida, a diretoria.

Exemplo disso ocorre no pleito sindical. A chapa da situação é quem coordena as eleições, existindo uma série de normas legais que permitem fraudar os anseios da categoria e manter por décadas dirigentes imobilistas, comprometidos com os patrões. Já nas entidades de nível superior, as federações e confederações, a norma eleitoral é mais elitista ainda. Só votam alguns poucos delegados de entidades, ficando os trabalhadores totalmente à margem do processo de escolha da diretoria.

A nova legislação deve ser clara nesse ponto. Deve estabelecer mecanismos que aceitem a prática democrática das entidades sindicais. Isto inclusive é fundamental para se manter o caráter unitário dos sindicatos. No meio dos trabalhadores existem várias idéias, propostas, concepções sindicais e políticas. A democracia sindical seria a única forma de dar vazão ao pluralismo de idéias no interior das entidades unitárias. Todos teriam o direito de expor suas idéias e brigar por elas — mas nunca o direito de dividir os trabalhadores. (Altamiro Borges).

Recentemente o PC do Brasil apresentou as suas propostas para a Constituinte. Entre elas, dedicou um item para o tema “organização sindical”, que merece ser discutido por todos os envolvidos na questão. Publicamos abaixo a íntegra desse ponto:

“Os trabalhadores, sem distinção de qualquer espécie, têm direito à liberdade de organização sindical. Cabe aos próprios trabalhadores decidir sobre a forma e o modo de organização dos sindicatos. Os trabalhadores elegerão o Conselho de Reconhecimento Sindical que definirá o âmbito de jurisdição de cada sindicato.

“Na mesma base territorial, é reconhecido aos trabalhadores o direito à constituição do sindicato único, por ramo de produção; o setor de serviços se organizará por categoria profissional. As organizações sindicais de nível superior, livremente criadas, reger-se-ão pelo princípio da unidade.

“É garantido aos funcionários públicos o direito de organização sindical.

Os podres da CLT

A legislação sindical brasileira, inspirada na Carta del Lavoro do fascismo, é uma das mais antidemocráticas do mundo atual. Todos os artigos do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho visam conter o avanço do sindicalismo — colocado sob rígido controle do Estado. Conforme definiu Oliveira Viana, um dos idealizadores da CLT, hoje como ontem “os sindicatos gravitam em torno do Ministério do Trabalho: nele nascem, com ele crescem, ao lado dele se desenvolvem, e nele se extinguem”.

Entre os podres dessa legislação vale destacar alguns mais cabeludos:

- Para existir legalmente, o sindicato necessita ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho mediante o compromisso estatutário de ser um órgão consultivo e de colaboração com o Estado, pela conciliação dos dissídios e pela “paz social”.

- O sindicato que descumprir a legislação arbitrária ou simplesmente “criar obstáculos à execução da política econômica adotada pelo governo” fica à mercê de pesadas penalidades. Segundo o artigo 528, “ocorrendo dissídios ou circunstâncias que perturbem o funcionamento da entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministério do Trabalho poderá nele intervir”.

- As eleições sindicais são reguladas por portaria do Ministério do

Trabalho, que também pode utilizar seus funcionários para fiscalizar o pleito. O governo tem o poder de vetar qualquer candidato e de cassar o mandato de qualquer dirigente eleito pelos trabalhadores.

- A gestão financeira da entidade também é rigorosamente controlada pelo governo. As contas do sindicato devem ser obrigatoriamente submetidas ao Ministério do Trabalho. Os recursos da Contribuição Sindical devem ser utilizados apenas nas práticas assistenciais.

- A CLT ainda proíbe qualquer articulação horizontal das entidades sindicais. Reuniões intersindicais e a formação de centrais sindicais são proibidas pela legislação em vigor.

Todas essas medidas têm um objetivo único: descaracterizar os sindicatos como órgãos de luta de classes. Historicamente, essa legislação gerou inúmeras distorções na vida sindical (imobilismo, cupulismo, assistencialismo, corporativismo, etc.). Apesar de muitas delas não serem aplicadas hoje, devido ao ascenso das lutas democráticas e sindicais no país, continuam previstas em lei. A qualquer zigue-zague na conjuntura política elas estão à disposição para ser implementadas, a exemplo do que ocorreu em 1964 quando os generais golpistas não tiveram necessidade de elaborar uma legislação truculenta contra o sindicalismo.



Governo tem poder de intervir, como fez há dois anos em cinco sindicatos

Propostas do PC do B

“As organizações sindicais são independentes do patronato, do Estado, das confissões religiosas e de partidos e associações políticas.

“As organizações sindicais orientam-se por normas democráticas de organização e gestão. Seus órgãos dirigentes são eleitos por escrutínio direto e secreto e por prazo determinado.

“As organizações sindicais de trabalhadores elaboram os Estatutos e regulamentos administrativos, elegem livremente seus representantes, organizam a gestão e a atividade dos filiados e formulam o seu programa de ação.

“As autoridades públicas não intervirão nos sindicatos, respeitarão a liberdade e autonomia sindical. As organizações sindicais dos trabalhadores não poderão ser dissolvidas nem ter suas atividades suspensas por via administrativa.

“Os representantes eleitos dos trabalhadores têm plena liberdade de atuação, estão protegidos contra qualquer constrangimento ou intimidação no exercício de suas funções.

cício de suas funções.

“É assegurado aos trabalhadores o direito de criar Comissões de Empresa eleitas democraticamente para a defesa de seus interesses. Os membros das Comissões gozam de proteção legal reconhecida aos representantes sindicais eleitos.

“Os sindicatos podem nomear inspetores com a função de fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas e controlar as condições de trabalho nas empresas.

“Os assalariados em geral, sejam ou não sindicalizados, contribuirão anualmente com o salário de um dia de trabalho para o sindicato da categoria a quem pertencem. A Contribuição Sindical será descontada em folha de pagamento e depositada no Banco do Brasil que a repassará ao respectivo sindicato. Os recursos provenientes da Contribuição Sindical serão aplicados e fiscalizados exclusivamente pelo sindicato, conforme deliberação da maioria dos trabalhadores sindicalizados.

Camponesas debatem Constituinte

Cerca de 150 mulheres bóias-frias, vindas de várias cidades da região de Ribeirão Preto participaram do Encontro Regional das Trabalhadoras Rurais, realizado no último dia 20 em Pitangueiras. A reunião fez parte das atividades preparatórias do Encontro Estadual das trabalhadoras pela Constituinte que ocorrerá dia 27 deste mês em São Paulo.

Maria de Lourdes Rodrigues, do Conselho Estadual da Condição Feminina, no ato de abertura, solicitou um minuto de silêncio em homenagem a Cibeles e Orlando, assassinados recentemente durante a greve dos cortadores de cana de Leme. Alda Marco Antônio, secretária do Trabalho, afirmou sua esperança na conquista da justiça social, "porque as mulheres estão na luta. E se as mulheres são fortes o suficiente para fazerem o trabalho dobrado, produzindo no campo e fazendo marmitas, além de cuidar da família, se na roça produzem como homens, serão também capazes de lutar e conquistar as mudanças necessárias a este país".

CONHECER CANDIDATOS

Iracema dos Santos, de 42 anos, viúva há um ano e meio, mães de seis filhos menores, cortadora de cana na cidade de Barrinha, considera a Constituinte importante porque "a gente vai ajudar a formar as leis do Brasil. A gente discute as idéias, põe no papel, faz cartazes e o sindicato distribui nossas propostas para as colegas na roça. Nós ganhamos experiência, união e força. Agora



Foto: Yone Simidzu

Canaveiras querem eleger deputados que defendam seus interesses

precisamos ficar mais informadas para conhecer os nossos candidatos. Temos que perceber aqueles que estão no meio do povo e da nossa luta. Temos que ter deputados que defendam os interesses dos trabalhadores e não dos usineiros".

Mulheres de todas as idades, brancas, negras e caboclas entremeavam, com poesias e músicas, os relatos de suas vidas, de seu trabalho árduo, de suas lutas. Pela região estão ocorrendo várias greves e muitas grevistas fizeram depoimentos sobre sua

participação nestas manifestações.

Iracema, de Barrinha, foi a única mulher que participou junto com os homens sindicalistas na negociação com os usineiros e exigiu que no acordo se incluísse a pensão alimentícia para a família no caso de morte. Outras, como dona Luzia, de Araraquara, já conquistaram um pedaço de terra, com o Plano Nacional de Reforma Agrária e estimulam as demais a lutar pela terra: "vale a pena a gente ter um pedaço de terra para morar e produzir cereais e verduras para nossas

famílias e para o povo".

Foram muitas as denúncias das precárias condições de trabalho. Sônia, de Sertãozinho, reclamou que pega o caminhão cedo demais, para ir para o trabalho e sai de casa sem comer nada: "o café está muito caro e não dá para comprar. Preparo a marmita e só lá pelas 9 horas é que vou comer. No calor acontece da comida azedar e no frio fica tão gelada, e engordurada, que a gente não consegue comer".

CONDIÇÕES DIFÍCEIS

Em Santa Rosa do Viterbo, os cortadores estavam em greve para conseguir um aumento de salário. Edna, uma das grevistas declarou: "se temos serviço somente seis meses durante o ano, se nosso salário é tão baixo que não podemos comprar carne agora, o que será de nós no tempo da entressafra? Os acidentes de trabalho são frequentes. Os trabalhadores ganham por produção e têm que usar o podão bem amolado, com muita rapidez. Por isso é comum alguém perder um braço ou cortar a perna".

As mulheres elegeram também 13 representantes para participarem da Mini-Constituinte da Mulher a ser promovida pela União de Mulheres no dia 17 de agosto. Na plenária final apresentaram suas principais reivindicações: Carteira de Trabalho assinada, salário igual para homens e mulheres, licença maternidade, socorro no local do trabalho, substituição de caminhões de transporte por ônibus, creches e reforma agrária. (Maria Amélia Telles)

Presença da Mulher, vento novo na imprensa feminina

No dia 17 foi lançada na União Brasileira dos Escritores, na capital paulista, a revista "Presença da Mulher", que pretende trazer uma proposta nova em termos de revistas femininas. Objetiva, segundo sua diretora, Ana Maria Rocha, ativista do movimento de mulheres em Porto Alegre, "despertar a mulher, mostrar que sua participação nas lutas do povo é indispensável para a conquista de vitórias e que ela tem também um caminho a trilhar para livrar-se das discriminações de que é vítima milenarmente".

Mais de 200 pessoas lotaram o salão da UBE. Entre os presentes, diversas figuras de destaque como a candidata ao Senado pelo PMDB, Eva Blay; a secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio; Fátima Oliveira, representando a deputada federal e candidata à Constituinte Bete Mendes.

Diversas representantes do Conselho Estadual da Condição Feminina também marcaram presença, entre as quais Margareth Airlha e Suely Carneiro. Representantes de diversos sindicatos (metroviários, alfaiates, assistentes sociais) também foram apoiar a nova revista. O mesmo fizeram representantes do Movimento Negro Unificado, do jornal Mulherio, de entidades



O primeiro número da revista

estudantis, de jovens e mulheres. Compareceram ainda o presidente do PC do B, João Amazonas, e o presidente do Centro de Cultura Operária, José Duarte.

EM CURITIBA

Presença da Mulher também foi lançada em Curitiba, numa noite de autógrafos na livraria Dario Veloso, onde estiveram presentes a diretora da revista e a jornalista responsável, Téliá Negrao. Cerca de 100 pessoas estiveram presentes, principalmente personalidades do movimento feminino, candidatas à Constituinte, jornalistas, representantes de sindicatos e a poetisa Alice Ruiz.

"Presença" será lançada no dia 28 em Porto Alegre e no dia 31 no Rio de Janeiro.

PT quer desalojar favelados em Diadema

As 46 famílias de trabalhadores que ocuparam um terreno vazio da prefeitura de Diadema, na grande São Paulo, enfrentam a ameaça de serem despejados por ordem do prefeito Gilson Menezes, do PT. A prefeitura registrou queixa na polícia, denunciando os favelados por "esbulho possessório" e cercou a área com arame-farpado. Gilson se recusou a dar qualquer tipo de ajuda aos ocupantes, declarando que "eles terão que procurar outro local para construir seus barracos".

As atenções mais uma vez se voltaram para Diadema - uma das duas cidades administradas pelo PT em todo o país - depois que o prefeito pediu ajuda policial para desalojar favelados de um terreno público. Sem querer dialogar com os ocupantes, Gilson agiu como nos velhos tempos da ditadura, afirmando que por trás desta invasão havia "forças políticas reacionárias e parlamentares de todos os partidos da cidade que querem tumultuar a situação".

Esta atitude de Gilson Menezes gerou descontentamento entre alguns petistas de base. Maria Rodrigues, da Associação dos Favelados de Diadema e militante do PT, contesta o prefeito: "Aqui não tem nada de política, nem de partido. O pessoal só veio pra cá depois de ficar rodando por aí o dia inteiro com os caminhões de mudança e não encontrar outro lugar".



Fotos: Aliton S. Leite

Os barracos abrigam precariamente os favelados, mas para enfrentar o frio só com ajuda do brasileiro

Outro desacreditado com o seu partido é o presidente da Associação de Favelados de Diadema, José de Souza Santos. Ele afirma que "há três anos o companheiro Gilson prometeu que ia governar a prefeitura de portas abertas e ontem ele expulsou a comissão de favelados do seu gabinete. O Gilson alega que nós fizemos isso e acusa a gente de agitadores. Estou no PT porque



pensei que era um partido que construía e não destruía. Hoje não dá para acreditar mais no PT".

PT DESACREDITADO

Mas são os próprio favelados - muitos deles votaram em Gilson para prefeito - os mais revoltados com a atitude da prefeitura. As 46 famílias de favelados foram despejadas por uma ação judicial de um terreno particular na manhã do dia 15. Rodaram por vários locais até que vieram parar num terreno municipal de 150 mil metros quadrados, na avenida Casa Grande. O prefeito se negou a prestar qualquer tipo de ajuda e eles enfrentam o frio e chuva debaixo de toscos barracos.

A solidariedade está vindo dos favelados de outros bairros, que dentro de seus parques recursos oferecem arroz, feijão ou pão. Zilda Aparecida dos Santos, mãe de quatro filhos, está revoltada. "Votei para o Gilson e agora que a gente precisou dele nem dá as caras. Fomos na prefeitura ver se cediam luz e água, mas o prefeito não recebeu a gente. E nos disseram que não vão ceder nada porque vão tirar a gente daqui".

A situação dos moradores está precária, pois muita coisa foi destruída durante a ação de despejo. Camas quebradas, fogão, máquina de costura são alguns objetos espalhados pelo chão, ao relento,

Marinalva Sarmento Bispo, mãe de dois filhos gêmeos, fala que o prefeito "não pode deixar a gente nesse escuro. Aqui faz muito frio. O prefeito não está do lado do trabalhador agindo assim".

Marinalva esquenta as mãos num braseiro que deixa o pequeno barraco todo esfumado e explica o que eles querem: "Aqui não tem marginal, somos todos trabalhadores. O problema nosso é a terra. A gente precisa de um pedaço de terra pra fazer nosso barraco". A baiana Marinalva se sente revoltada e triste porque, na eleição de 82 foi cabo eleitoral de Gilson Menezes.

Há casos dramáticos entre os favelados que sensibilizaria qualquer um, menos, é claro, ao prefeito petista. Carlos Jorge dos Santos, por exemplo, está muito preocupado com a saúde de sua filhinha recém-nascida de duas semanas. Ela dorme numa rede enfrentando o vento frio que penetra no barraco e as goteiras que aparecem por toda a parte.

A falta de moradia em nosso país tem levado milhares de pessoas a ocupar terrenos vazios onde brotam as favelas, fruto do empobrecimento da população, principalmente durante o regime militar. E não se resolve esta questão chamando a polícia, como ocorria durante a ditadura ou como faz agora o PT. (Domingos Abreu)

Líder se degenera e é destituído do cargo

Os membros da Sociedade Amigos do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, em Sapopemba, Zona Leste de São Paulo, enfrentam um rico processo de luta contra a degradação de um de seus líderes. José Antônio Filho, presidente da SAB, eleito há 18 meses transformou a sede da entidade num aparelho de campanha eleitoral, agrediu diretores que se posicionaram contra esta prática, não abriu as portas da entidade para assembleias e demitiu injustamente a diretoria do OSEM.

Oito diretores que não compactuaram com estas atitudes anti-democráticas convocaram uma assembleia extraordinária, que se realizou no dia 20 na escola municipal Paulo Duarte, pois o presidente se recusou a abrir a sede da Sociedade Amigos para a reunião. Uma série de denúncias foram feitas, como a irregularidade na prestação de contas do balancete durante a assembleia anterior. Durante esta reunião José Antônio Filho agrediu fisicamente

Maria Aglais de Oliveira e a impediu de ter acesso às fichas dos associados.

Na assembleia Maria Aglais afirmou: "Nós lutamos contra o regime militar por mais liberdade, então porque nós vamos concordar com o autoritarismo do presidente?" Por unanimidade os associados presentes votaram pela exoneração de José Antônio Filho e mais quatro diretores que compactuavam com os desmandos do presidente. Também foi escolhida uma comissão de diretores que irá administrar a SAB e organizar o processo eleitoral para a eleição de nova diretoria, no dia 31 de agosto.

A Sociedade Amigos do Conjunto Teotônio Vilela surgiu num processo de luta durante a ocupação dos prédios do Ipesp em 1984. Devido a sua garra os moradores conquistaram suas atuais moradias. José Antônio Filho participou de todas estas lutas, por isso foi escolhido presidente. Mas se corrompeu e descambou para o autoritarismo, sendo, por isso, destituído.

Bairros de Fortaleza preparam seu congresso

A Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza prepara-se para realizar seu quarto congresso, a ser realizado nos dias 1, 2 e 3 de agosto no Centro de Convenções, no bairro da Água Fria. Fundada em 1982, a Federação se impôs ante a opinião pública cearense por sua determinação na defesa dos interesses dos moradores, principalmente os mais pobres.

Já são 220 entidades filiadas - até 13 de junho, data limite de filiação com direito a participar do congresso - demonstrando o bom trabalho de organização desenvolvido nestes quatro anos. No congresso de fundação apenas 29 entidades haviam participado. O cálculo dos dirigentes da entidade é que participarão cerca de 3 mil delegados e aproximadamente mil observadores, inclusive de municípios do interior.

Segundo Francisco

Francinet Cunha, atual secretário da entidade, "todas as comissões participantes do congresso elaborarão suas teses relacionando os problemas dos bairros com as questões maiores e gerais do país e com a Constituinte". Por ser a Constituinte o centro das atenções do povo, o tema do congresso será "Constituinte e Participação Popular". O encontro escolherá também a nova diretoria para o biênio 1986-88.

Com o intuito de dividir a Federação surgiu um movimento auto-intitulado de "renovação independente" que fala em preparar o congresso com comissões próprias por fora da entidade. Esta articulação, segundo Francinet, "tem o dedo da direita, que quer tomar a Federação de assalto. Os mercados devem estar atentos para rechaçar estes plausos divisionistas (da esquerda)".



Carlos dos Santos se preocupa com a saúde de sua filha de 15 dias

Empresa baiana quer enfraquecer o Sinditêxtil

Os trabalhadores das empresas Salsalana e Stella Azurra, tuadas no Centro Industrial de Aratu, na Bahia, estão com suas atividades paralisadas desde o dia 21 do corrente, pelo atendimento das seguintes reivindicações: substituição do pó-da-China por um produto não tóxico, pagamento de adicionais de periculosidade e insalubridade, redução da jornada para 40 horas semanais - sem redução dos salários - fornecimento de equipamento de proteção individual, melhoria na alimentação e no transporte, fim da pressão dentro das empresas, pagamento dos dias parados e não punição dos grevistas.

Os patrões, além de não cederem, legam que o Sinditêxtil não representa os funcionários. Esquecem, ou fingem não saber, que a partir de 30 de abril deste ano a comissão de enquadramento sindical deferiu o pedido de extensão da categoria feito pelo Sinditêxtil para todas as categorias econômicas do 6º grupo, que tinge também as indústrias de coras e de fibras artificiais sintéticas.

OPERÁRIO CONTAMINADO

No dia 22 os operários fizeram na grande manifestação em frente à delegacia Regional do Trabalho objetivando pressionar o delegado a conhecer o enquadramento, coisa que até o momento não ocorreu. Mais tarde cerca de 600 trabalhadores saíram em passeata. Deflagrada a greve diversos operários denunciaram o fato de estarem contaminados pelo mtaclorofenato (pó-da-China).

Direção sindical toma posse em clima de luta

A nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação do Alcool da região de Presidente Prudente tomou posse, no dia 19, comemorando uma grande vitória na primeira greve da região.

A greve ocorreu de 30 de junho a 2 de julho, na destilaria de álcool Calínia, em Oswaldo Cruz, porque a empresa se recusa a cumprir o acordo coletivo estadual. Dos 180 funcionários, apenas o pessoal do escritório parou. Em três dias a destilaria fechou e atendeu a todas as reivindicações, inclusive 90 dias de estabilidade e classificação funcional de todos empregados. A vitória se deu no bojo da dança de diretoria no sindicato e processo de formação da chapa que concorreu às eleições. Antes os encarregados dominavam a associação. Quando foi marcada a eleição para a primeira diretoria deflita, um grupo de operários da produção promoveu reuniões em todas as 15 usinas para que os operários conhecessem os membros da chapa. Na destilaria Califórnia, por exemplo, dos 120 votantes, 115 indicaram o candidato Joaquim dos Santos (Canho), atual tesoureiro. Na Decasa, Venceslau, a escolha maciça foi para Danilo Pereira da Silva, presidente da entidade, e Antônio Carlos, o suplente. A sindicalização também cresceu. Dos 2.500 operários base, 1.500 estão sindicalizados e dentro de um mês devem ser 1.800.

Belgo não cumpre acordo coletivo e a fábrica pára

A lei só deve ser cumprida quando favorece o capitalista — a é a interpretação da Belgo neira em Monlevade, Minas Gerais. Esta multinacional nega-se a cumprir as decisões dos acordos com operários e os julgamentos do Tribunal Regional do Trabalho. São 18 acordos assinados e julgados em 1984 e 1985 que a firma se recusa a cumprir.

Após sucessivas tentativas de conciliação, o Sindicato dos Metalúrgicos não teve outra alternativa senão a greve. Em duas assembleias, nos últimos dias 8 e 9, com a presença maciça dos operários, cerca de 2.200, ficou decidida a paralisação das máquinas a partir do dia 16.

PRESSÕES PATRONAIS

A greve foi muito bem preparada. Os trabalhadores sabem o que fazer. As mulheres estão dando todo o apoio, cozinhando comida numa cozinha provisória na porta da fábrica, pois a cozinha fechou o restaurante. Os grevistas fazem passeatas e comícios na cidade esclarecendo a população, da qual recebem total solidariedade moral e política. Parte dos operários e da diretoria do sindicato (duas vezes) estão dentro da fábrica e não permitem nenhuma máquina ser acionada, enfrentando enormes pressões dos patrões da Belgo.

Na madrugada do dia 22 a direção da empresa chamou o batalhão de polícia de Ipatinga, mas os operários continuaram firmes na luta. O PC do RJ prestou efetiva solidariedade ao movimento grevista.

Metalúrgicos conquistam vitórias

A Sofunge, da multinacional alemã Mercedes-Benz, e a Siemens, duas das maiores metalúrgicas da Zona Oeste de São Paulo, entraram ultimamente na safra de greves por empresa que tem pipocado na capital paulista. Além de aumento salarial, os operários de ambas as empresas reivindicaram — e no caso da Sofunge conquistaram — comissão de fábrica.

As greves têm sido de curta duração. Conquistadas as reivindicações, ou mesmo parte delas, os operários retornam ao trabalho. Mas os grevistas também dão demonstração de garra, unidade e firmeza quando a intransigência dos patrões os obriga a isso. É o caso, por exemplo, da Siemens e da Sofunge. Na primeira o movimento durou 13 dias. Na segunda, oito.

A Sofunge, maior empresa de fundição da América Latina, teve sua primeira greve, com total adesão dos horistas, desde 1963. Os metalúrgicos assinavam ponto nas cruzavam os braços no interior da empresa, o que também não ocorria há muito tempo. As reivindicações principais eram 25% de aumento real, estabilidade no emprego e comissão de fábrica.

Cada setor da empresa tirou um ou dois representantes para negociar com os patrões, constituindo uma comissão de 34 membros, escolhidos pelos 5 mil operários da empresa. A diretoria apostou no desgaste do movimento. Mas os grevistas mantiveram-se firmes desde o primeiro dia. E saíram de cabeça erguida. Conquistaram aumento real de 10% para quem ganha até Cz\$ 9,53 por hora; 8% para quem recebe de Cz\$ 10,10 a Cz\$ 13,60 por hora; 6% para os que recebem de Cz\$ 14,60 a Cz\$ 16,57 por hora e 5% para a faixa de Cz\$ 17,66 a Cz\$ 27,23 por hora.



Na Sofunge, os operários, atentos, esperam a resposta de suas reivindicações; na Siemens (ao lado) todos juntos na greve

Mais do que o aumento salarial, os metalúrgicos da Sofunge festejaram a conquista da comissão de fábrica. Como afirmou um operário da fundição, com oito anos de casa, "só a greve, do jeito que foi, foi uma vitória. Mas o mais importante foi a comissão de fábrica. Com ela, vamos conquistar muita coisa depois. E, principalmente, nossa organização". Outro operário comentou ainda: "Se tivéssemos recebido apenas o aumento, a greve continuava. Só aceitamos a contra-proposta da empresa por causa da comissão". O retorno ao trabalho foi decidido em assembleia por unanimidade, depois de anunciadas as conquistas.

A LUTA NA SIEMENS

Os patrões da Siemens demoraram mais tempo para ceder. Como a greve eclodiu

espontaneamente, antes mesmo do dia definido em assembleia com o sindicato, os patrões esperavam um movimento amorfo e desorganizado. No entanto os trabalhadores deram um exemplo de persistência. Ficaram 13 dias parados. Como afirmou o operário Geraldo Ailton Soares, membro da CIPA, "conseguimos quebrar a intransigência patronal em diversos aspectos: os diretores foram obrigados a negociar com uma comissão de 44 operários e não apenas com o sindicato, como pretendiam, a greve foi decretada ilegal em seu terceiro dia, mas os 3 mil trabalhadores da produção continuaram parados; os dias de greve serão compensados, como na Sofunge, e não descontados. Embora ainda não tenha saído comissão de fábrica, acredito que agora demos um importante passo neste sentido, com a comissão



de negociações".

Os operários da Siemens conquistaram 11% de aumento real para quem ganha de um a cinco salários mínimos; 8% para a faixa de cinco a dez salários mínimos e 7% para quem ganha de dez a 15 mínimos. Conseguiram ainda auxílio maternidade de um mínimo para as operárias que tenham

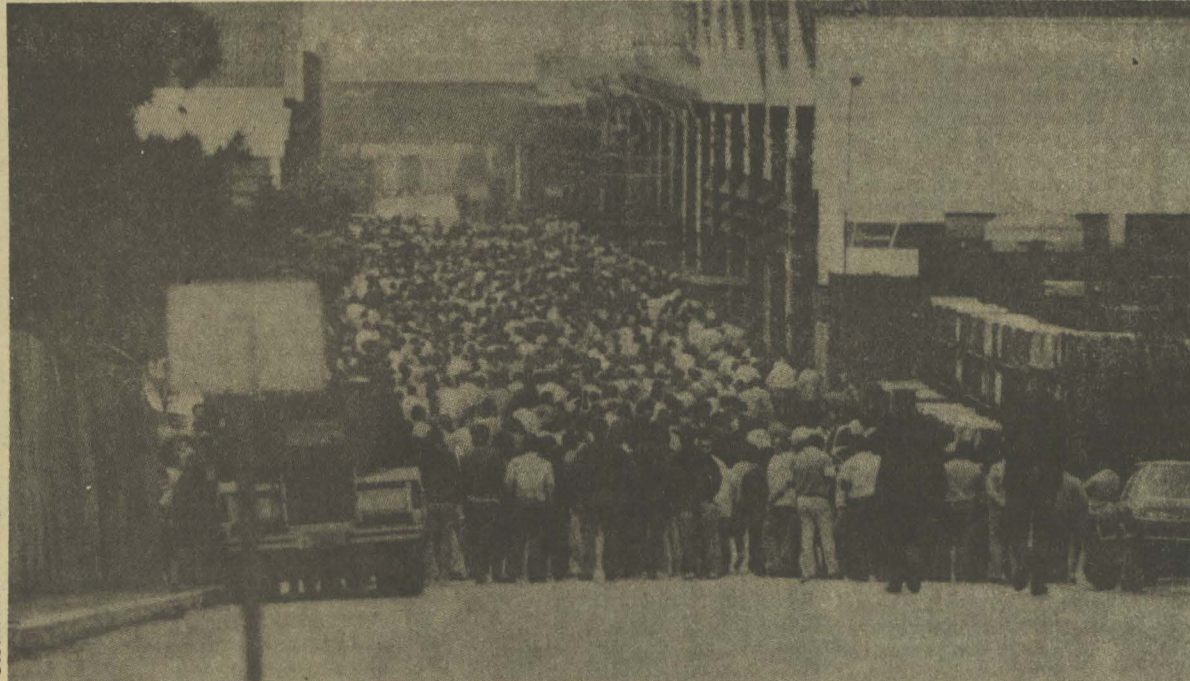
filhos até seis meses de idade. A equiparação salarial, também reivindicada, começará a ser efetivada a partir de agosto.

A conquista da comissão de fábrica na Sofunge e a comissão de negociação da Siemens abrem espaço para que pouco a pouco os operários conquistem o direito de organização na empresa. (Olívia Rangel)

Ford joga pesado contra os grevistas do ABC

A multinacional americana Ford resolveu jogar pesado contra os 11 mil grevistas da empresa em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Após demitir 199 metalúrgicos, ela agora pretende destruir a Comissão de Fábrica existente no seu interior. Desta forma, a Ford segue a orientação truculenta da Fiesp (entidade patronal) de endurecer nas greves.

A paralisação na Ford foi deflagrada no último dia 15, dando alento à combativa categoria dos metalúrgicos de São Bernardo que se encontrava meio imobilizada. Desde o início do movimento ficou clara a postura arrogante da empresa, que se recusou a negociar. Os operários exigem 20% de aumento real nos salários (tendo em conta o vertiginoso aumento dos lucros da multinacional) e a reintegração de um membro da respeitada Comissão de Fábrica, demitido recentemente.



Passeata dos metalúrgicos forçou a entrada na Ford das lideranças sindicais suspensas

Diante da coesão dos grevistas e dos prejuízos ocasionados pelo movimento (só na primeira semana a empresa deixou de fabricar 1.500 automóveis e cerca de 300 tratores, perdendo

aproximadamente Cz\$ 220 milhões), a Ford decidiu endurecer. Demitiu 199 trabalhadores, entre eles as principais lideranças grevistas, e suspendeu os 29 integrantes da

Comissão de Fábrica. Também ameaçou encaminhar à Justiça do Trabalho um pedido de abertura de inquérito contra 26 membros do organismo dos operários, acusando-os de

"falta grave".

Na terça-feira, dia 22, a multinacional montou um forte esquema repressivo na fábrica, utilizando seus guardas internos e o batalhão de choque das PM para evitar a entrada na firma dos operários suspensos. Apesar do aparato, os metalúrgicos em passeata garantiram a entrada de suas lideranças e agora exigem também a retirada das punições arbitrárias.

A conduta da Ford demonstra que os patrões estão preocupados com o avanço do movimento grevista em São Paulo. A Fiesp inclusive já orientou os industriais para que não negociem com os grevistas.

Por outro lado, as constantes greves têm gerando grande expectativa nos trabalhadores. Nas assembleias realizadas em São Bernardo nos dias 18 e 19, os metalúrgicos decidiram intensificar a mobilização por fábrica na luta pelo aumento real já, encampando uma campanha que se desenvolve na capital paulista há um mês.

Canavieiros obtêm vitória parcial em Ribeirão Preto



Usineiros cederam com medo de que a greve se alastrasse

Ao encerrarmos esta edição, chegava ao fim a greve dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, que por cinco dias paralisou o trabalho nos municípios de Serrana, Santa Rosa do Viterbo, Cajuru e Sertãozinho, envolvendo 18.000 grevistas.

O movimento foi liderado por diretorias sindicais e ativistas vinculados à CGT, sendo que o primeiro sindicato a iniciar o processo de paralisação foi o de Serrana, criado durante a greve do ano passado.

USINEIROS COM MEDO

A ampliação se deu rapidamente para os municípios de Sertãozinho, onde foi liderada por uma combativa comissão, e Santa Rosa do Viterbo, onde a diretoria do sindicato foi renovada depois da paralisação do ano passado e na qual

surgiram novas lideranças.

Existia a possibilidade de ampliação para outras cidades, o que levou os patrões a propor um acordo que atendeu parcialmente às reivindicações dos grevistas, pondo fim à paralisação.

A proposta da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo) prevê o pagamento de uma diária de Cz\$ 50,00; o pagamento de pelo menos uma das horas que o trabalhador passa em transporte no caminhão, o que significa Cz\$ 7,50 por dia; e o desconto parcelado dos dias parados.

Esse acordo é um acréscimo ao que já havia sido assinado pela Fetaesp no mês passado. Por sinal, o movimento grevista teve origem no descontentamento entre os trabalhadores e os sindicalistas com o valor previsto para o pagamento do corte da cana nesse acordo.

Outro fato importante foi que o início das paralisações forçou o Ministério do Trabalho a fiscalizar em larga escala o acordo que já havia sido assinado, o que nunca tinha ocorrido antes. Durante a greve uma equipe de 20 fiscais fez dezenas de batidas nas usinas e fazendas da região, e o que ficou constatado, de acordo com o Dr. Ageu Quintanilha, delegado regional do Trabalho, é que nenhuma das empresas fiscalizadas estava cumprindo o acordo. Das cerca de 25 cláusulas, apenas a que prevê o corte da cana em cinco ruas estava sendo respeitada.

Dois fatos negativos ocorreram nesta greve: a intromissão do Ministério do Trabalho no sentido de pressionar lideranças da região a não deflagrar o movimento, e o fato da Fetaesp, contrariamente ao ano passado, não ter coordenado e dirigido a mobilização.



Favelados conseguem êxitos com manifestação no lapas

Com faixas e cartazes, cerca de 700 pessoas se reuniram em frente ao prédio do lapas, no último dia 14, para reivindicar do órgão a transferência definitiva dos terrenos pertencentes às áreas dos favelados do Rio de Janeiro.

Segundo os manifestantes, através do decreto nº 92349/68 estas áreas deveriam ser transferidas para seus atuais ocupantes. Até o momento o órgão se nega a transferir as áreas e a

negociar com os moradores. A situação mais crítica é da comunidade da Chacrinha do Mato Alto, em Jacarepaguá onde o lapas vem mantendo uma guarda de segurança para impedir a entrada de material de construção para conserto de casas, acarretando prejuízos para os moradores, pois suas casas ameaçam cair a qualquer momento.

Os manifestantes subiram os

dez andares do prédio gritando palavras de ordem e levando faixas entre as quais se destacava uma com os seguintes dizeres: "Não queremos guerra, queremos paz e terra".

Estiveram presentes no ato de protesto a Dra. Maria Alice, da pastoral da favela, e a Faferj, que negociaram com o procurador do lapas.

Embora o presidente do órgão não se encontrasse no

local os favelados conquistaram vitórias importantes: abertura de um canal de negociação com o órgão, criação de uma comissão constituída por representantes de moradores da Faferj e do lapas para traçar um plano de transferência dos terrenos e que fossem sustadas todas as ações judiciais impetradas pelo lapas nas diversas áreas federais.

(Tribuneiros do Rio de Janeiro, RJ).

Trabalhadores do asseio podem parar

Os trabalhadores das empresas Vega, Sopave, Enterpa e Cavo, que prestam serviço à prefeitura de São Paulo no recolhimento e transporte de lixo estão prometendo parar se as empresas não examinarem seus problemas e se dispuserem a tentar solucioná-los. A informação é do Sindicato dos Empregados em Asseio e Conservação de São Paulo que representa os trabalhadores do setor e que esclarece existir pressões e discussões para a paralisação se as empresas não se dispuserem a conversar. O presidente do sindicato, Roberto Santiago, manifestou sua preocupação salientando que "é fácil avaliar os transtornos que uma eventual paralisação pode acarretar. O sindicato - informou - não pode ignorar as reclamações dos trabalhadores e já que não se consegue resolver os problemas sem a paralisação é bem possível que ela aconteça, e logo. Uma paralisação no recolhimento e transporte de lixo urbano, por uma semana, numa cidade como São Paulo, será o caos".

Roberto Santiago apresentou uma relação dos problemas existentes, já do conhecimento das empresas e que merecem imediato exame. "Além deles - acrescentou - existe o problema dos baixos salários que precisam ser imediatamente reajustados". A pauta é o seguinte: 1- segurança no trabalho; falta de

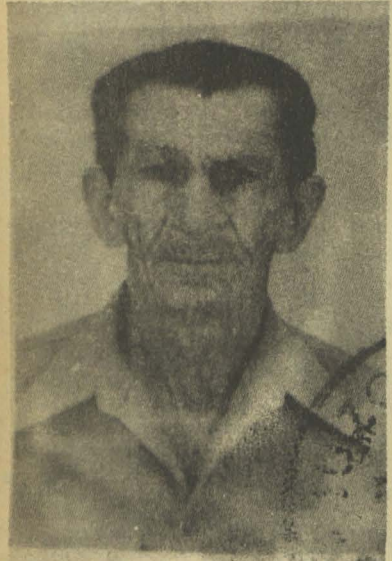


sinalização de rua para os trabalhadores de limpeza, garis e dos caminhões. Os trabalhadores morrem e se invalidam pela falta de sinalização e imprudência dos motoristas. No sábado passado, dia 19, em Pinheiros dois trabalhadores foram atropelados. Ambos foram internados com fraturas e escoriações generalizadas. Os trabalhadores precisam de luvas, roupas e calçados adequados, além de mais recursos

para sua segurança pessoal; 2- menor volume de trabalho: as empresas destinam a cada garilhões grandes trechos de ruas para limpeza, algumas com mais de 20 km. por dia. Companheiros da limpeza noturna nos sábados são obrigados, no dia seguinte, domingo, a promoverem limpeza dos locais onde se realizam as feiras livres. Outros companheiros, além da coleta de lixo, são obrigados a outros serviços sem ganhos adicionais

como carregamento de terra, limpeza de terrenos, etc; 3- mais trabalhadores por caminhão/coletor. O número mínimo, aceitável, de trabalhadores por caminhão/coletor é de quatro. Nenhuma empresa mantém este número; 4- local adequado para a troca de roupa; 5- local adequado para a preparação de comida. (Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de São Paulo)

Manoel Alves de Oliveira no PC do B



Manoel Alves de Oliveira, velho combatente do sertão paraibano, filiou-se ao PC do B recentemente. Sua saída do PT deixou aquela agremiação em Patos, terceira maior cidade do Estado, em situação difícil. Praticamente esfacelou-se, até o diretório municipal está indo para outro partido.

Ao sair do PT Manoel escreveu uma carta onde conta sua trajetória neste partido. Ingressou no PT em 1980 "convidado por um moço para assistir uma reunião do Centro Comunitário". Afirma que meditou muito antes. "Como era que o regime do governo militar, que prendia, matava e cassava mandatos, deportava, permitia o funcionamento legal de um partido de trabalhadores?" Com algum tempo, conta, foi a uma

reunião, foi bem recebido e gostou da plataforma de luta apresentada (liberdade para os presos políticos, reforma agrária, aumento de salários, liberdade sindical). "Afinal — diz ele — o momento nacional era carente de uma mudança e o povo almejava por liberdade".

Como diz em sua carta, logo percebeu que existe uma grande diferença entre o que o PT dizia e o que fazia. Ele queria construir um partido massivo, "organizado pela base, contra os grupos divisionistas, oportunistas, trotskistas, traidores da classe operária". Foi identificando a demagogia do PT e com isso foi marginalizado dentro do partido.

Manoel Alves de Oliveira traz consigo grande tradição de luta, é muito respeitado e tem grande

liderança entre as massas exploradas de Patos e redondezas. Já foi membro do Partido Comunista do Brasil de 1932 a 1947.

No dia 23 de maio deste ano ele comunicou ao diretório estadual sua desfiliação depois de completamente alijado de reuniões, mesmo sendo o 2º vice-presidente estadual. Depois disto, numa última manobra, a direção do PT incluiu seu nome como suplente do diretório estadual na pré convenção do dia 6 de julho de 1986.

Manoel, que demonstra grande compreensão política, se dedica ao estudo e acha que pode dar grande contribuição à construção do PC do B "para permanecer fiel à causa dos trabalhadores".

(Amigos da TO em João Pessoa, Paraíba)

Fala o Povo é para você, amigo leitor, um espaço garantido para que dê suas opiniões e faça relatos sobre acontecimentos em curso em todos esse imenso Brasil.

Neste número, 700 favelados do Rio de Janeiro dão um exemplo da importância da unidade para a conquista de suas reivindicações. Conseguiram que todas as ações judiciais impetradas contra eles nas diversas varas federais fossem suspensas; e a constituição de uma comissão de moradores para decidir a transferência de terrenos pretendida pelo lapas mas de acordo com os interesses dos favelas e não apenas segundo as orientações do órgão governamental. (Olivia Rangel)



fala o POVO



Ajude a eleger os candidatos comunistas

É preciso repensar o modo de governar. Esta imensa nação O PC do Brasil. Seus militantes reuniu e propostas construiu para fazer avançar. A próxima Constituinte Leia as propostas seguintes:

É preciso dissolver o Senado Federal e criar um Parlamento do tipo Unicameral a exemplo da Suécia e também de Portugal.

Pois este velho Senado cuja função real é de servir aos grileiros aos gringos cambalacheiros aos donos do Capital e aos demandas dos generais

Propõe o PC do B esta importante medida é preciso proibir a influência do Poder dos homens da economia destruir todos os currais chamados eleitorais.

Corrigir as desigualdades entre as bancadas estaduais pois prejudica os Estados de centros populacionais Lá na Câmara Federal Lá no Planalto Central

Nós, os comunistas, sabemos que existe na Nação muito Ministério Militar. Isso é preciso acabar. Um só basta e é demais pois milico no Brasil só bota o país prá trás.

Das forças armadas, o papel agora vou explicar: já que não estamos em guerra é melhor se aquartelar, pois os destinos da nação cabe ao civil cidadão e não ao dito militar.

E mudando o meu repente falo de um problema urgente que faz o povo reclamar: É preciso confiscar todas as terras griladas cercadas e especuladas do maldito latifúndio. O povo quer trabalhar plantar e bem cultivar para a Nação tirar do maldito infortúnio.

E que vá embora daqui este Fundo Monetário pois já pagamos essa dívida. Aqui ninguém é oitário. Chega de tanta miséria e de congelar salários.

Operário e camponês sustentáculo da nação tem que ter os seus direitos. Valer sua decisão. Tem que ter a sua vez. Tem que ter a sua voz e deve se representar seja em qualquer lugar. Na Câmara e na Assembléia. E até mesmo no Senado os seus reclamos gritar.

O PC do B defende que só cabe aos brasileiros os rumos desta nação e chega de estrangeiros quer meter o bedelho no nosso amado torrão. Por isso temos que cuidar das riquezas naturais. E repelir os abusos das multinacionais.

Por aqui eu me despeço. E agradeço a atenção o meu recado deixei. Fiz a minha obrigação. Se você quer bem votar para se fazer mudar essa tal Constituição, Faça como eu vou fazer: Ajude a eleger os candidatos progressistas do bravo PC do B.

(Cícero Gomes - Belo Horizonte Minas Gerais)

CGT amplia-se em São José do Rio Preto

A Central Geral dos Trabalhadores — CGT — de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, acaba de sofrer modificações em seu comando recebendo adesões de novos companheiros. A Comissão Coordenadora Provisória foi indicada pelos companheiros da região e é integrada pelos sindicalistas Oséias Duarte, do Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade, Everaldo Correia da Silva, do Sindicato dos Eletricitários de Campinas, e Sérgio José Morelo, do Sindicato dos Telefônicos de São Paulo.

Segundo informações da

das, "competirá à comissão coordenadora provisória a organização do Encontro Regional para escolha do respectivo coordenador através do processo eleitoral regulamentado. Segundo Roberto Santiago, vice-presidente da CGT estadual, q divulgou a informação, "a expectativa é de que a CGT de São José do Rio Preto possa ampliar sua ação em favor da mobilização dos trabalhadores riopretenses apoiando, inteiramente, a iniciativa dos sindicatos a ela filiados".

(Amigos da TO em São José do Rio Preto - SP)

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Os motivos das greves

Não durou muito a ilusão de que o Plano Cruzado tinha logrado conduzir o país a uma situação de paz e colaboração entre classes sociais, com a vantagem (para os capitalistas) de ter fixado os salários em níveis incontestavelmente baixos. Os trabalhadores reagem contra a superexploração de que são vítimas e somente no primeiro semestre foram realizadas 394 greves.

As paralisações, neste ano, têm características bem distintas das verificadas durante o ano passado. Embora em número maior, são de menor direção e envolvem um contingente também inferior. Em junho deste ano, por exemplo, em relação ao mesmo mês de 1985, houve uma queda de 58,7% na relação homens/dia parados, que foi da ordem de 4,3 mil.

As condições econômicas mostram-se ainda mais favoráveis ao movimento durante este ano. Os trabalhadores estão obtendo expressivas conquistas salariais, com aumentos reais que chegam a superar a marca dos 20%. O patronato, evidentemente, não está nada satisfeito. Pede mais violência contra as paralisações, grita que o Plano Cruzado está ameaçado, recorre a todo tipo de subterfúgios.

Porém, em geral é forçado a ceder às reivindicações dos assalariados, pressionado pela própria situação da economia. Em vários casos, reage

com impecável intransigência, não só negando-se a atender às justas exigências dos grevistas, como ainda demitindo as lideranças do movimento - como na Ford de São Bernardo, em São Paulo. Não obstante, a maioria das paralisações acaba vitoriosa.

A explicação é simples: o capitalismo brasileiro encontra-se em fase de expansão, especialmente no setor industrial, que experimentou um crescimento de 11,23% em maio, sendo que de março a maio em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção de bens de consumo evoluiu 57,1%. Indicadores insofismáveis de que os negócios dos capitalistas andam a pleno vapor. É óbvio que isto se traduz na elevação dos lucros. Os resultados do movimento grevista demonstram, por outro lado, que os patrões estão em condições de atender às reivindicações trabalhistas, ainda que abusem da sagrado direito de esperar.



A greve da Ford foi respondida com violenta arrogância pelo patronato, mas as paralisações em geral têm sido vitoriosas



Marcha da panela vazia contra a carestia em São Paulo, uma velha luta do povo

Só o povo mobilizado garante o congelamento

A luta pelo congelamento dos preços, que sempre mereceu uma dedicação especial do movimento popular, no momento exige uma vigilância redobrada por parte dos trabalhadores. As pressões de setores da burguesia pelo descongelamento têm assumido, a cada dia mais, o caráter de investidas reacionárias não apenas contra o tabelamento; há indícios de que visam também a desestabilização do regime democrático. Em poucas palavras, fedem a golpismo. Não é à toa que até mesmo a famigerada UDR está metida nessas articulações sujas (veja TO n.º 274).

O boicote criminoso da carne, do leite e de uma infinidade de outros produtos está conduzindo os consumidores a situações desesperadoras. Assiste-se diariamente a crises de choro nas longas filas formadas diante de supermercados e açougues para comprar mercadorias muitas vezes essenciais à sobrevivência imediata. Aos poucos, formam-se condições que lembram o Chile às vésperas do golpe desferido por Pinochet.

GOVERNO TITUBEIA

O governo, por seu turno, embora nos últimos dias tenha mostrado maior disposição em enfrentar os capitalistas responsáveis por esta situação (e inclusive tenha denunciado a existência de um poderoso lobby contra o congelamento), ainda titubeia em agir com a energia que a situação exige, confiscando os produtos que estão sendo sonegados - inclusive e particularmente o gado nos pastos do latifúndio.

Faz-se necessária, portanto, uma vigorosa mobilização do povo pela manutenção do congelamento dos preços e contra as articulações direitistas. A luta em torno do congelamento, contra a carestia, não vem de hoje no Brasil. Já em 1913, a Confederação Operária Brasileira (COB) organizou e comandou uma grande campanha de massas contra a alta dos preços, sendo que somente no

Rio foram realizados 15 comícios em preparação de um comício central com este objetivo feito no dia 16 de março.

Em 1952, as donas de casa de Belo Horizonte desenvolveram uma intensa atividade contra a carestia. Na ocasião, o povo diante das arbitrariedades da polícia e revoltado contra os abusos na remarcação de preços, invadiu supermercados e açougues e distribuiu carne gratuitamente. Um ferroviário e uma criança com 7 anos foram assassinados pela repressão. No dia 6 de junho de 52 realizou-se em Porto Alegre uma grande concentração popular contra a carestia com milhares de pessoas. Novamente houve repressão e os trabalhadores responderam com uma greve geral, que se alastrou por todo o Estado.

Contam-se na história brasileira diversas outras manifestações contra a carestia; mais recentemente, destacaram-se as mobilizações em São Paulo, o abaixo assinado de 1.300 mil assinaturas entregue ao general Geisel e marchas da panela vazia, que também foram alvo de forte repressão policial.

TAREFA ATUAL

A fiscalização dos postos de venda após a instituição do Plano Cruzado, feita por milhões de brasileiros, demonstrou que a luta contra a carestia responde também hoje a uma sentida necessidade da população. Afinal, os trabalhadores sempre foram os principais prejudicados pela alta dos preços, tendo seus salários continuamente depreciados e, conseqüentemente, o já baixo padrão de vida deteriorado.

Para fazer frente às novas investidas da direita não resta dúvida que faz-se necessária a retomada das mobilizações.

O congelamento dos preços - que já vem sendo sistematicamente desrespeitado - só será realidade na medida em que o povo tomar em suas próprias mãos a tarefa de garanti-lo.

Efeitos dos aumentos salariais

Os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, agora nas condições econômicas criadas pelo Plano Cruzado, reacenderam a polêmica em torno das relações entre salário, preço e lucro. Contrariada, a burguesia recorre uma vez mais ao velho e surrado argumento de que os aumentos salariais, conquistados na luta, levariam inevitavelmente à remarcação dos preços. Diz que as greves abalariam as próprias premissas do congelamento, abrindo caminho para um novo ciclo de inflação alta e incontrollável.

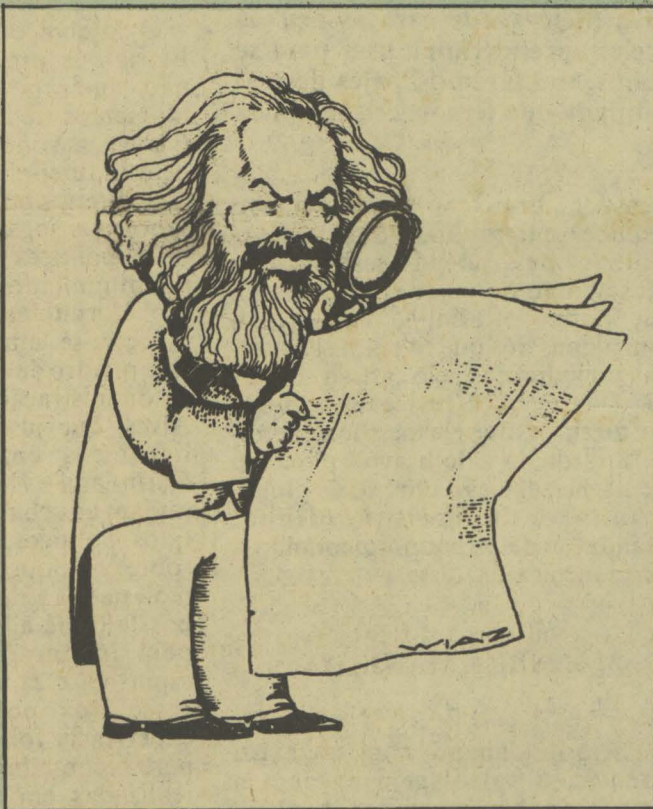
Esta questão já foi por diversas vezes tratada pelo movimento operário. Na falta de renovação dos argumentos utilizados pelos capitalistas, torna-se forçoso voltar ao tema, que infelizmente até hoje confunde alguns setores da população. Já em 1865, num informe ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (mais tarde publicado na forma de um folheto intitulado "Salário, preço e lucro"), o economista e filósofo alemão Karl Marx abordou o problema sob um ângulo que ainda hoje mantém sua atualidade.

Cabe, aqui, um parêntese para recordar que, na época, assistia-se em vários países a uma grande onda grevista e "um clamor geral por aumento de salários". Fica claro que as posições e teses conflitantes sobre o assunto não surgem do céu, mas correspondem, antes, a interesses de classes bem definidas e irremediavelmente antagônicas.

Teses que refletem interesses antagônicos

Entre os pressupostos de que reajustes salariais levam necessariamente a aumento nos preços das mercadorias, está a suposição absurda de que a remuneração do trabalhador equivale precisamente a uma quantidade determinada e invariável de bens disponíveis para o seu consumo. Assim, se seu salário aumenta, em teoria, de Cz\$ 1.000 para Cz\$ 1.200, ou seja, 20%, isto de nada adiantaria visto que ele só pode adquirir no mercado uma soma de produtos igual a Cz\$ 1.000; haveria somente um crescimento artificial da demanda, logo os preços seriam remarcados e o que antes era vendido por Cz\$ 1.000 passaria a valer Cz\$ 1.200. Os assalariados deveriam, portanto - e sempre em nome do bom senso recomendado pela economia política burguesa -, desistir de suas incômodas reivindicações e resignar-se com os salários pagos pelo patronato.

A suposição baseia-se, ainda, numa outra: de que o volume de produção, particularmente dos bens destinados ao consumo dos operários, é fixo. Atualmente, por força das evidências presentes nos seus próprios índices, a burguesia elude esta questão; admite que a produção é variável, isto é, que o produto cresce; mas não aceita que o proletariado participe do resultado. Quando muito, acena com falsas perspectivas para o ano 2.000 ou depois que



todos os problemas econômicos forem resolvidos.

Afirma de qualquer forma, que uma parte do produto, dedicada aos salários, é fixa e determinada por uma lei econômica superior, à qual, naturalmente, só o capitalista tem acesso. Entretanto, lembra Marx, "se o limite dado da soma de salários depende da simples vontade do capitalista, ou das proporções de sua avareza, trata-se de um limite arbitrário, que nada tem em si de necessário. Tanto pode ser modificado pela vontade do capitalista, como também se pode fazê-lo variar contra a sua vontade".

"O operário pode comprar mais gêneros"

E frisava: "É inteiramente certo que a classe operária, considerada em conjunto, gasta e será forçosamente obrigada a gastar a sua receita em artigos de primeira necessidade. Uma alta geral de salários provocaria, portanto, um aumento da procura de artigos de primeira necessidade, e, nas condições em que ele analisou, um aumento dos preços desses artigos no mercado. Haveria então, uma elevação momentânea da taxa de lucro nesses setores (voltados para a produção de artigos de primeira necessidade), combinada com uma queda em outras atividades, que seria compensada com o deslocamento de capital para o ramo mais lucrativo, forçando com o tempo a queda dos preços. O resultado geral, ao final do processo, seria uma redução da taxa de lucro em toda a economia que é, na realidade, o que está em jogo. Quando Marx concluiu sua investigação ele pôs de lado "a influência exercida pelos monopólios e algumas outras restrições que, então, não

tinham grande peso sobre o sistema econômico, regulado basicamente pela concorrência quase perfeita entre os capitalistas.

Não é isto, evidentemente, o que ocorre nas condições do capitalismo monopolista, atualmente predominante. Nele, a concorrência e as flutuações da oferta e procura possuem um valor limitado na determinação dos preços; a mão virtuosa e invisível do mercado anda meio decrépita e reumática; atua de forma distorcida. Acrescente-se, como condições novas, a influência do Estado (com sua política fiscal, monetária etc.), que se agigantou neste século; a internacionalização quase total da economia capitalista; as características do modelo dependente e da nossa anacrônica estrutura agrária.

Não obstante esses fatores, a essência do pensamento de Marx, a questão maior para a qual chama a atenção dos operários, permanece a mesma. Também hoje quando se fala em reajustes salariais isto se relaciona com lucro e não necessariamente com preços como quer fazer crer a burguesia. Na verdade, modificando-se a remuneração do trabalhador muda somente a relação entre o tempo de trabalho que lhe é pago e o que não é, isto é, a fatia embolsada como lucro pelo capitalista. Quando um aumenta, o outro (não se alterando a produtividade) diminui.

É preciso mexer nos lucros dos capitalistas

Não se pode desprezar o poder dos monopólios, que até há pouco remarcavam preços a seu bel prazer e têm capacidade para preservar e ampliar seus lucros. Mas os trabalhadores possuem todas as condições e sobretudo a necessidade de exigir aumentos salariais e ao mesmo tempo manter, com sua própria fiscalização, o congelamento dos preços. É uma demanda, para usar uma linguagem ao gosto da burguesia, completamente em harmonia com os interesses de toda nação; aponta no sentido da ampliação e revigoramento do mercado interno com o aumento não só da produção mas da disponibilidade de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades do nosso povo.

Pode cansar, mas é preciso repetir que os setores mais avançados da população, ao mesmo tempo que aplaudiram sem reservas o congelamento, também alertaram o governo que os trabalhadores não podiam concordar com o aviltamento salarial ocorrido nos últimos anos e que foi consubstanciado no Plano Cruzado. O salário mínimo, conforme o Dieese, é hoje 57,3% menor que o registrado em 1959 e um dos mais baixos dos últimos 30 anos. Cerca de 20% da população economicamente ativa da Grande São Paulo não recebem o suficiente sequer para comprar a ração mínima necessária à sua manutenção; e 81,1% ganham menos do que o órgão calcula como o mínimo necessário estabelecido em lei.

Os movimentos reivindicatórios são frutos desta situação. Constituem um clamor por justiça que é inadiável. Não será acenando com falsas promessas ou negando-se a admitir sua real natureza que eles serão calados.